

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Projeto Oficina do Sabão - Capacitação, empreendedorismo e sustentabilidade para a reinserção social dos sem-abrigo

Lídia Cristina Sousa de Oliveira

Trabalho de projecto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Raquel Marta e Silva, Professora Auxiliar Convidada,
Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2012



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Projeto Oficina do Sabão – Intervenção social para a reinserção dos sem-abrigo

Lídia Cristina Sousa de Oliveira

Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção de grau de
Mestre em Serviço Social

Orientadora

Professora Doutora Maria do Rosário Serafim, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Junho 2012

Agradecimentos

Agradeço a Associação Vitae, cuja experiência me permitiu idealizar este projeto.

Gostaria de agradecer à minha orientadora pela sua gentileza, sugestões e postura crítica.

Agradeço por fim aos meus queridos amigos, muito em especial ao João Afonso, Mário Valadas e Susana Tavares e aos meus familiares pela sua amável paciência, força e ânimo que sempre me deram.

Resumo

O projeto “Oficina do Sabão” procura promover estratégias de inclusão social da população sem-abrigo e desenvolver experiências de promoção do empreendedorismo baseado em processos de inovação social e de um serviço social relacionado com questões ambientais. O projeto apresentado neste estudo assume-se como uma proposta para a criação de uma “Oficina do Sabão”, fazendo uso de materiais recicláveis como o óleo alimentar, tendo em vista a fabricação de sabão e sabonetes para uso da instituição e posterior venda a outras instituições. O projeto assenta na formação de um grupo de utentes de uma instituição social que acolhe e trabalha com sem-abrigos - Associação Vitae.

Esta proposta de projeto resulta na análise das respostas sociais existentes para este grupo social que se encontra excluído da sociedade e a sua implementação poderá melhorar a autoestima da população sem-abrigo, fomentar a cidadania e contribuir para a sua reabilitação socio profissional.

Palavras-chave: população sem-abrigo, exclusão social, inovação social, projeto social ambiental, serviço social

Abstract

The project "Soap Factory" seeks to promote social inclusion strategies of the homeless population and develop experiences for promoting entrepreneurship based on processes of social innovation and a social work related to environmental issues. The project presented in this study is assumed as a proposal for the creation of an "Office of Soap", making use of recyclable materials such as cooking oil, in order to manufacture soap for use of the institution and subsequent sale to other institutions. The project is based on the formation of a group of homeless, in a social institution that works with them - Association Vitae.

This project proposal it's a result of an analysis of existing social responses to this social group that is excluded from society and its implementation will improve the self-esteem of the homeless population, foster citizenship and contribute to their social and professional rehabilitation.

Keywords: homeless, social exclusion, social innovation, social and environmental project, social work

Índice

Introdução	1
CAPÍTULO I – A exclusão social enquanto problema social	5
1.1. Pobreza e exclusão social	5
1.2. O problema social dos “sem-abrigo”	11
1.2.1. O conceito de sem-abrigo	11
1.2.2. Medidas de política social para o grupo sem-abrigo	13
1.3. Serviço social	16
1.3.1. Inovação social	19
1.3.2. O processo de desenvolvimento da inovação social	22
1.3.3. Economia social e terceiro sector	24
1.3.4. Serviço social e ambiente	29
CAPÍTULO II – O Projeto de intervenção “Oficina do Sabão”	33
2.1. Enquadramento e fundamentação	33
2.2. Diagnóstico	36
2.2.1. Para uma caracterização dos sem-abrigo	37
2.2.2. Associação Vitae: exemplo de uma prática de serviço social	41
2.2.3. O modelo de intervenção da Vitae	46
2.2.4. A emergência de uma intervenção inovadora	48
2.3. Execução do projeto	49
2.3.1. Descrição	50
2.3.2. Objetivos	52
2.3.3. Operacionalização	52
2.3.4. Recursos humanos, materiais e financeiros	53
2.3.5. Quadro institucional e gestão	55
2.4. Avaliação	57
CAPÍTULO III – Uma abordagem na lógica da capacitação e da aquisição de competências com pessoas sem-abrigo	59
Notas conclusivas	61
Referências bibliográficas	63
Anexos	

Índice de figuras

Figura 1 – Da precariedade à exclusão social	6
Figura 2 – Domínios de exclusão social	8
Figura 3 – Nº de sem-abrigo registados em Lisboa e no centro de acolhimento da Vitae	38
Figura 4 – Sexo dos sem-abrigo	38
Figura 5 – Idade dos sem-abrigo	39
Figura 6 – Nacionalidade dos sem-abrigo	39
Figura 7 – Elaboração do sabão com óleo e produto final	51

Glossário

ENIPSA	Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo
ETIR	Equipa Técnica de Intervenção de Rua
GIP	Gabinetes de Inserção Profissional
IDT	Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto de Segurança Social
LEED	Leadership in Energy and Environmental Design
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
ONG	Organização Não Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PORI	Plano Operacional de Respostas Integradas
PRI	Programa de Respostas Integradas
RSI	Rendimento Social Inserção
VIH/SIDA	Vírus Imunodeficiência Humana
PES	Programa de Emergência Social

Introdução

“É dever da sociedade e de todos nós, cuidar daqueles que pela sua vulnerabilidade não conseguem ser atores da sua própria vida. Isto é um imperativo ético porque o que está em causa é a humanidade do próprio homem.”

(Carvalho, in Revista do Centro de Investigação do ISSSP, 2012:128)

As atuais dinâmicas sociais, económicas e financeiras, quer na sociedade portuguesa, quer a nível internacional estão a complexificar e a aumentar os problemas sociais. Salienta-se o aumento da taxa de desemprego, o sobre-endividamento das famílias, as reduções dos apoios sociais e dos rendimentos das famílias, entre outros. Desta forma, é urgente uma maior reflexão e avaliação das políticas sociais, tipo de respostas sociais para a intervenção social e para o combate à exclusão e às desigualdades sociais. Já não basta uma intervenção para a superação dos atuais problemas existentes, mas também uma intervenção de prevenção face aos problemas sociais emergentes (Carvalho, 2012: 132). Talvez seja o momento de repensar as políticas sociais e o trabalho dos assistentes sociais, promovendo uma cultura de reflexão e avaliação que diagnostique os problemas, os constrangimentos e as falhas com as quais os profissionais e as próprias instituições se confrontam diariamente na implementação das medidas.

O serviço social, numa sociedade moderna como aquela em que vivemos e, em permanente transformação, obriga-nos, enquanto assistentes sociais a lidar com situações novas diariamente, e como tal, a procurar respostas inovadoras para resolver os problemas. A verdade é que o sistema continua a não produzir respostas suficientemente flexíveis e integradas, adaptadas às problemáticas multidimensionais das pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social.

Num momento em que se vive uma crise económica e financeira, em que se agravam os problemas sociais, torna-se ainda mais premente a aposta em soluções transversais, multidisciplinares e inovadoras das questões sociais, assentes em modelos de gestão e de financiamento autónomos e independentes das entidades do Estado e por isso mais próximos das organizações do terceiro sector.

Projetos sociais inovadores podem ser fundamentais para provocar mudanças nas relações sociais, através da emergência de novos valores (éticos) e da adoção de novas práticas sócio profissionais. Segundo a OCDE (2010), as inovações sociais procuram

novas respostas para os problemas económicos e sociais, identificando e assegurando novos serviços que melhoram a qualidade de vida dos indivíduos, através, por exemplo, da implementação de novos processos de integração no mercado de trabalho, novas competências, novos empregos e novas formas de participação na sociedade.

As recentes transformações no campo do serviço social têm dado forma ao conceito de inovação social. De facto, os atuais processos de inovação social procuram trabalhar a capacitação dos indivíduos, através de um trabalho mais inclusivo e personalizado, mas também através de um trabalho em rede, onde se procura uma maior partilha efetiva de créditos e responsabilidades entre diferentes organizações em prol do bem-estar social e do desenvolvimento.

A noção de exclusão social está hoje mais associada à não realização dos direitos de cidadania e de perda de vínculo nas relações sociais (ao nível da família e da sociedade), bem como aos processos produtivos (trabalho e rendimentos) do que a uma situação meramente de pobreza. (Costa, 1998) e é difícil estabelecer o limiar que divide os que estão integrados face aos que estão excluídos, no entanto, aqueles que vivem em situação de sem-abrigo, podem ser facilmente identificados como socialmente excluídos. A situação de sem-abrigo é no fundo o estágio extremo da pobreza e da exclusão social. (idem)

São estes, que vivem uma situação de sem-abrigo e que apresentam uma condição socio-económica mais desfavorecida, que se encontram mais excluídos do normal acesso ao mundo profissional. Tendo em conta que ter um emprego no mercado de trabalho aberto, justamente remunerado e de acordo com as competências das pessoas, é um elemento-chave para a inclusão social, realização e qualidade de vida, este projeto procura promover uma maior consciência para a realização pessoal e criar novas oportunidades de vida para a população sem-abrigo através de uma formação para a cidadania e para a aquisição de saberes e conhecimentos que motivem o apreço pela realização de uma atividade.

É neste contexto e na praxis do trabalho profissional diretamente ligado ao grupo social que surge a ideia de elaboração de um projeto de intervenção dirigido a esta população. Desta forma, o presente estudo tem como objetivo caracterizar a situação de sem-abrigo e desenhar um projeto para esta população inscrita no Centro de Acolhimento

da VITAE. A nossa proposta de projeto procura observar por outro prisma a realidade desta população e criar novas soluções para a sua integração social. O projeto “Oficina do Sabão”, a implementar na associação Vitae que trabalha com a população sem-abrigo da cidade de Lisboa, procura promover os valores da responsabilidade, da vontade, da persistência, do respeito pelo outro e pelo trabalho em equipa, bem como introduzir valores ambientais e ecológicos, assumindo uma lógica de continuidade e de sustentabilidade.

Qualquer projeto, esteja ele associado a políticas públicas, a empresas ou IPSS necessita ser pensado, planeado e avaliado da melhor forma para que os objetivos pretendidos sejam alcançados em toda a sua plenitude. Desta forma, é necessário ter em conta determinadas orientações para que o mesmo tenha um desenvolvimento factível, realista e capaz de responder aos desafios que estão na sua génese: “O projeto é um plano de trabalho com carácter e proposta que consubstancia os elementos necessários para alcançar os objetivos desejáveis. Tem como missão prever, orientar e preparar bem o caminho do que se vai fazer, para o seu posterior desenvolvimento.” (Serrano, 2008: 16) Para a realização de um projeto é necessário ter em conta uma série de etapas, desde o diagnóstico, o desenho, a execução do projeto e por fim a avaliação do mesmo e que iremos desenvolver ao longo deste estudo.

Tendo em conta o objetivo central deste projeto, o presente estudo estrutura-se da seguinte forma: No Capítulo I procuramos “pensar a exclusão” através da uma contextualização das várias abordagens e conceitos das ciências sociais que suportam e enquadram a nossa problemática, como a exclusão/inserção, pobreza e situação de sem-abrigo. Procura-se ainda refletir sobre o serviço social e em especial sobre as novas formas de atuar sobre as dinâmicas sociais em constante mudança, procurando evidenciar modelos mais inovadores. O Capítulo II é dedicado à apresentação e fundamentação do projeto de intervenção “Oficina do Sabão”, percorrendo as várias fases de elaboração de um projeto (diagnóstico, execução e avaliação).

Por fim, no Capítulo III tecemos algumas considerações finais, em jeito de conclusão, sobre o “estado da arte” e sobre o impacto do projeto de intervenção que aqui apresentamos.

CAPÍTULO I – A exclusão social enquanto problema social

1.1 Pobreza e exclusão social

A pobreza e a exclusão social não são apenas um estado de carência extrema de recursos ou de ausência de efetivação de direitos, com todas as implicações daí decorrentes para as condições de vida das pessoas, mas corresponde, frequentemente, a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca a identidade dos que as experimentam. (Capucha, 2005: 154)

A pobreza é uma forma de exclusão social na medida em que por falta de recursos, os indivíduos ficam impedidos de aceder a alguns processos básicos, trata-se de “uma situação de privação resultante da falta de recursos.” (Costa, 1998:28) No seu entendimento, este conceito contém dois aspetos que devem ser referidos: “ privação e falta de recursos, termos entre os quais existe uma relação de causa-efeito.” (Costa, 1998:27).

Tendo em conta que a noção de pobreza está associada à existência de uma situação de más condições de vida, decorrentes de uma insuficiência de recursos face às condições da sociedade e de satisfação das necessidades básicas, a noção de exclusão social demarca-se por ultrapassar a noção de pobreza, na verdade, podemos ser pobres sem estar excluídos socialmente. A noção de exclusão social está assim mais associada à não realização dos direitos de cidadania e de perda de vínculo nas relações sociais e profissionais do que a uma situação meramente de pobreza. (Costa, 1998)

Para além dos fatores socioeconómicos, a exclusão está também associada a uma dimensão simbólica: “(...) definida pelas normas e os valores comuns que garantem o reconhecimento da existência por parte da sociedade e que estão na base da identidade social” (Gaulejac, 2012: 18)

Na atualidade, a exclusão social está no centro do debate das ciências sociais e tornou-se uma ideologia que serve de “ferramenta de diagnóstico dos problemas, de elaboração dos meios de luta e de avaliação dos efeitos” (Rullac, 2012: 96). No entanto, e como alerta Paugam: “A noção de exclusão tornou-se familiar, quase banal, uma vez que é um tema recorrente nos comentários sobre a atualidade, nos programas políticos e nas atividades no terreno. No entanto, continua a ser uma noção frouxa. O número de pessoas ou instituições suscetíveis de se referirem a ela para pensar o mundo ou dar um sentido às suas ações é tão elevado que se tornou difícil, quando não impossível, entenderem-se

sobre uma definição que possa ser aceite por todos.” (Paugam (2001), *in* Rullac, 2012: 96)

O processo de exclusão (ou desinserção social) caracteriza-se por um conjunto de ruturas na vida do indivíduo e pela passagem pelas dimensões como o desemprego, pobreza, isolamento, estigmatização social e desvalorização (Gaulejac, 2012: 18). A exclusão social pode ser entendida como a última etapa de um processo, ou de um trajetória de situações extremas, como podemos ver no esquema seguinte:

Figura 1 – O processo de desinserção



Fonte: Clavel (2004) e Gaulejac (2012): Adaptado pela autora

Neste esquema pretendemos representar o processo de desinserção social, o encadeamento de situações que leva um indivíduo inserido na sociedade a uma situação extrema de exclusão social, não se tratam de situações estanques, mas sim de áreas porosas onde os indivíduos facilmente se movimentam.

A área da figura com maior dimensão, representada por “situação de integração”, é aquela em que assenta a sociedade tal como a conhecemos e onde se encaixam os indivíduos em situação “normal”, perfeitamente inseridos.

Na área representada por “situação de precariedade”, situam-se os indivíduos em risco social, ou seja, que dadas algumas ruturas no seu quotidiano os afasta da situação de

integração e os coloca numa situação precária. Esta situação de precariedade (ou risco) prende-se com a irregularidade dos recursos e pela fragilidade que resulta da insegurança na vida quotidiana, familiar e social provocada por diferentes situações, mas onde a ausência de emprego é central nesse processo. Estes indivíduos começam por perder a sua autonomia e a sua sobrevivência, socorrendo-se de subsídios e apoios sociais, ou procurando outras atividades e formas de conseguir dinheiro informais e ilegais. Nesta fase os laços de pertença começam a privar o indivíduo de uma rede de solidariedade material e psicológica que o pode levar para o isolamento e a errância. Facilmente é dado o salto para uma “situação de pobreza”.

A “situação de pobreza” está associada às questões económicas e de rendimentos, onde a insuficiência de recursos não permite participar nos modos de vida socialmente reconhecidos como normais ou suficientes. Os indivíduos estão sem trabalho e sem qualquer ocupação social, e mesmo os que recorrem a apoios sociais, não conseguem garantir os mínimos para a sua vida em sociedade (habitação, alimentação, vestuário,...). Quanto a sua vida em sociedade é posta em causa, no plano simbólico fica-se confrontado com a estigmatização, que tanto é promovida pela sociedade, como pelas próprias instituições sociais.

Por fim, e de acordo com Clavel (2004: 124) passa-se de uma situação de pobreza para uma situação efetiva de exclusão, que se remete para o efeito extremo da precariedade e da pobreza, afetando os vários domínios da vida quotidiana, como a privação de emprego, rendimentos e alojamento, a rutura de laços sociais com a família e outros grupos, a prevalência de relações sociais negativas e de comportamentos marginais. O indivíduo passa a estar totalmente excluído da situação considerada de integração e assume uma imagem de impotência social, sem qualquer utilidade para a sociedade e sem capacidade de projetar-se no futuro.

Após todas estas ruturas e no somatório destas situações, os indivíduos são levados a um processo de decadência que os afasta da sociedade e da perda de cidadania, é aqui que os sem-abrigo encontram a sua maior expressão. São os desafiados, segundo a expressão de Robert Castel, indivíduos desinseridos de qualquer rede porque perderam todas as suas conexões (Boltanski e Chiappelo, 1999, 425-429, *in* Carvalho, 2012: 126), ou como refere Costa (2008), a situação extrema da exclusão é a que caracteriza a

situação de sem-abrigo, aquela em que os indivíduos permanecem em rutura com todos os sistemas básicos da vida em sociedade.

Desta forma, devemos entender a exclusão social nas seguintes relações:

Na relação com o trabalho – é este que assegura a integração do indivíduo na sociedade, permitindo satisfazer as necessidades elementares (alojamento, alimentação, vestuário, saúde, transportes, educação, lazer, etc...) e gera um estatuto social e uma rede social;

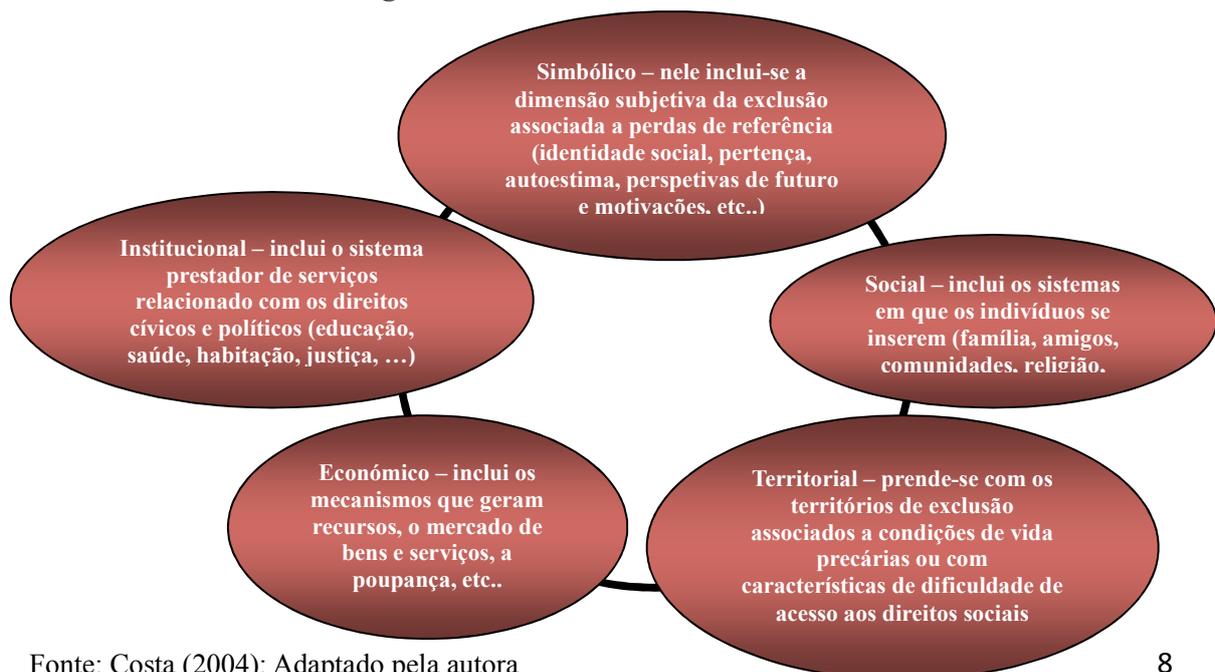
Na relação com o alojamento – o acesso a uma habitação, autónoma e com condições de habitabilidade, que é indispensável para ter documentos de identidade, de direitos cívicos, para procurar emprego, para ter uma vida familiar e social;

Na relação com a educação – a falta de qualificações escolares dificulta a inserção na vida ativa e a inserção do indivíduo no mercado de trabalho;

Na relação com a família – a destruição ou falta de laços familiares que leva a uma baixa de rendimentos e cria situações de precariedade, a uma maior fragilidade afetiva, moral e de isolamento.

Como já vimos, para Alfredo Bruto da Costa (2004), a noção de exclusão social está associada à perda de cidadania. O exercício (ou não) dessa cidadania traduz-se no acesso a cinco domínios sociais básicos e interdependentes, como se apresenta na seguinte figura.

Figura 2 - Domínios da exclusão social



Assim conclui-se que a “exclusão” persiste quando assenta em relações sociais que fomentam a desigualdade e que impedem que todos tenham as mesmas oportunidades de participar em condições de vida idênticas às condições de vida que o meio social lhes oferece. Por outro lado, os indivíduos que pertencem aos grupos dos dominados (os mais excluídos) são aqueles que mais frequentemente são estigmatizados devido a comportamentos que são induzidos pela sua situação e o seu lugar na sociedade. Existe de certa forma um desfasamento entre a produção social dos comportamentos individuais e a produção das normas que servem para etiquetar esses comportamentos e que podem ter repercussões psicológicas nos indivíduos, levando à desmotivação e perda de valores sociais. “A exclusão reporta não apenas a impossibilidades de participação social e material em relação a esferas sociais concretas, mas também a dimensões informais, ou seja, a efeitos psicossociais, como a ausência de perspectivas, sentimento de ser inútil para o mundo e de ter perdido a dignidade. Em casos extremos, este estado de desilusão e desmotivação poderá levar ao distanciamento com os serviços de apoio.” (Menezes, 2012: 35).

Devemos ter em conta, que o antigo conflito entre a classe operária e a burguesia está em transformação, onde as sociedades tradicionais, assentes no capital e no trabalho, estão a desaparecer, atingindo agora populações muito heterogêneas que extravasam as clássicas classes sociais, assim como a classe operária se fragmenta, também a sociedade no seu conjunto está a fragmentar-se: “Na sociedade contemporânea, a luta por um lugar na sociedade tende a substituir a luta de classes. Isto não quer dizer que as classes sociais não existam mais. Significa, antes, que a questão da luta por um lugar está a tornar-se o conflito central da sociedade.” (Gaulejac, 2012:15).

De acordo com Lisete Cordeiro (2011), atualmente muitos autores defendem a noção de exclusão social como «uma realidade processual e multidimensional», e chamam a atenção para a «nova questão social» da exclusão, dado “(...) o facto de determinados sectores populacionais, antes integrados, ficarem à margem do mercado de trabalho e estarem, por isso, em situação «supranumerária: pessoas sem utilidade social, que não participam no processo de produção, que se encontram fora dos circuitos de decisão e de reconhecimento social»”(idem, 2011: 8). Desta forma, parece comum o reconhecimento de que o fenómeno da exclusão atinge agora populações que estavam

inseridas, que tinham um lugar da sociedade e que por razões específicas perderem esse lugar: “O termo excluído, utilizado no início da década de setenta para designar aqueles que eram esquecidos do crescimento, serve, hoje, para designar populações tão diversas como os pobres e os «novos pobres», os jovens das periferias degradadas, os desempregados de longa duração, os imigrantes, os iletrados, os idosos mais desmunidos, os deficientes, os toxicodependentes, os doentes de Sida, etc.” (Gaulejac, 2012: 16)

Desta forma, a exclusão social é entendida como o resultado de sucessivas ruturas, em que muitas se operam na relação dos indivíduos com a sociedade e que não está só ligada à esfera do mercado de trabalho, nem a situações de pobreza. A exclusão está também associada a ruturas familiares, afetivas, de amizade, territoriais, etc. Saliente-se que os processos de exclusão só se podem exprimir pelos mesmos processos que levam à inclusão social. Em síntese, podemos referir que a inclusão social está associada a três dimensões:

“-Uma dimensão económica que diz respeito à inserção pela via das atividades de produção e consumo, ou seja, o trabalho e os recursos necessários para viver na nossa sociedade;

- Uma dimensão social que diz respeito à integração familiar e relacional e ao sentimento de pertença à sociedade, através de laços sócio institucionais e jurídicos;

-Uma dimensão simbólica definida pelas normas e os valores comuns que garantem o reconhecimento da existência por parte da sociedade e que estão na base da identidade social.” (idem: 18)

Neste sentido, é de referir que as situações de vulnerabilidade social e em última instância de exclusão social, nas quais se inserem as pessoas em situação de sem-abrigo, devem ser enquadradas no presente estudo “no quadro da análise das dinâmicas históricas de desenvolvimento das sociedades que os produzem e reproduzem” (Capucha, 2006: 325) e numa lógica de reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos capazes de exercerem a sua liberdade (Soulet, 2005).

1.2. O problema social dos “sem-abrigo”

1.2.1. O conceito de sem-abrigo

Os sem-abrigo são uma realidade social dos tempos modernos, que começou a ter maior expressão nos anos 90, altura em que passaram a viver na rua não só os mais marginalizados (mendigos e vagabundos), mas sim uma nova geração de excluídos, como os desempregados, os toxicodependentes, os sem vínculo familiar, os desadequados socialmente, aqueles que são incapazes de manter um alojamento pelos seus próprios meios ou até com o apoio dos serviços sociais. O termo “sem-abrigo” utilizado na atualidade, acentua a questão da habitação, num sentido restrito, e a da pobreza e da exclusão social num sentido mais alargado.

Em Portugal, “Considera-se pessoa sem-abrigo aquele que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socio-económica e condição física e mental, se encontre: Sem teto – vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; Sem casa - encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito” (Grupo de Trabalho para a Pessoa Sem-abrigo, 2009:12-13)

Sexo masculino; raça branca, naturalidade e nacionalidade portuguesa, idade entre os 35 e os 60 anos; escolaridade mínima; solteiro; sem filhos, sem contacto com a família; pernoita no centro da cidade de Lisboa; passado institucional (educacional, psiquiátrico, prisional); doenças psiquiátricas (alcoolismo, psicoses, toxicodependências); vitimização e mendicidade pouco frequente. (Bento e Barreto, 2002: 31)

Ao utilizarmos o termo “sem-abrigo” devemos considerar “em situação de sem-abrigo”. A situação de sem-abrigo, é aquela em que a pessoa é privada de variados domínios da vida social, designadamente na “ (...) alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de saúde, condições de trabalho, possibilidades de escolha, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc.” (Costa, 1998:27). Privados destas condições, os sem-abrigo atingem um patamar de exclusão que dificilmente os permite sair dessa situação.

No entanto, na análise da situação de sem-abrigo devemos ter presente a questão do tempo de duração dessa situação, tendo em conta o contributo de diferentes autores, é possível apresentar a seguinte tipificação de sem-abrigo assente na duração dos episódios de sem-abrigo: “o «crónico» (associado ao alcoolismo e à toxicodependência), o

«periódico» (que pode ter casa mas que a deixa quando a pressão se torna intensa), o «temporário» (situação motivada, por exemplo, por um desastre natural, desemprego súbito, doença grave, ou uma mudança de comunidade – mantendo-se as capacidades para manter habitação); e, por último, o «total» (o trauma da total devastação dos suportes sociais e físicos ameaça seriamente a capacidade de recuperação).” (Rivlin (1986) ou de Kulhn e Culhane (1998), *in* Menezes, 2012: 9)

Posto isto, devemos reconhecer que a situação de sem-abrigo é causada por fatores causais de ordem estrutural e de ordem individual, sem saber bem qual a ordem destes fatores. No entanto, sabemos que os fatores de vulnerabilidade a que pode estar exposto um indivíduo não são suficientes para explicar a sua situação de sem-abrigo, devemos ter em atenção outras causas do problema que muitas vezes estão associados às características pessoais dos indivíduos.

“O fenómeno de sem-abrigo abarca dimensões materiais e psicológicas, pelo que é questionável a possibilidade de chegar a uma definição unanimemente aceite, quer a nível nacional, quer europeu. (...) As definições diferem, considerando o fenómeno ou como problema primordialmente habitacional, ou como de exclusão social. “ (Menezes, 2012: 7)

O problema dos sem-abrigo deve ser visto mais como um processo do que como um fenómeno estático. Com a crise financeira e económica que se instalou nos últimos anos, novas dimensões deste problema vem revelar que estamos perante um fenómeno em mudança, dado o surgimento de novos grupos de risco, como sejam as pessoas com baixas remunerações, pouco qualificadas, ou com condições precárias de trabalho, como já referido no ponto anterior. Tendo em conta esta nova conjuntura, podemos considerar como principais fatores suscetíveis de levar à situação de sem-abrigo: condições sociais de pertença economicamente desfavorecidas; ruturas familiares precoces ou falta de uma rede familiar devido à imigração e trabalho itinerante; violências familiares; desemprego; alterações no mercado de habitação (aumento das rendas ou taxas de crédito); falta de proteção social adequada; falta de cuidados de saúde mental; dependência de álcool e droga e problemas físicos (*idem*: 34).

O entendimento destas problemáticas e o enquadramento e caracterização da situação de sem-abrigo torna-se fundamental para a definição de novas políticas sociais,

bem como respostas mais eficientes e metodologias de trabalho mais eficazes por parte do serviço social.

1.2.2. Medidas da política social para o grupo sem-abrigo

A visibilidade do fenómeno dos sem-abrigo toma maior dimensão a partir dos anos 80, e foi fundamental para a institucionalização deste fenómeno enquanto problema social, assistindo-se á criação de vários serviços de assistência, atuando em duas vertentes: a emergência e a reinserção social. De acordo com Menezes (2012), a emergência tende a ser mais indiferenciada e muito sazonal (maior no inverno), muito rotativa e de curta duração, com acesso direto e visando principalmente a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, o abrigo e alguns cuidados de saúde. Já a reinserção é dirigida a grupos específicos, com características distintas, que procura a formulação de projetos de vida (reinserção pelo emprego, formação, ...) e a autonomia da população que se encontra nesta situação.

Não podemos deixar de analisar a importância das diferentes políticas e respostas sociais que as instituições públicas e privadas dispõem para intervir junto desta população. Assim, pretende-se aqui identificar as principais políticas sociais e as diferentes medidas que têm sido criadas para intervir junto dos sem-abrigo em Portugal.

De forma geral, as políticas sociais podem ser definidas como o conjunto de objetivos fixados por um Estado (país ou sociedade) para garantir as condições de existência da população, família, grupos e da sociedade em geral, de forma a promover o seu bem-estar. As políticas sociais devem por isso dar resposta, ou tentar fazer cumprir, aquilo que se encontra definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 25º - n.º1: “Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica, e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.”

Em 2005, o Instituto de Segurança Social (ISS, 2005:25,29), apresentou uma proposta para a reestruturação ou a criação de respostas específicas para a população sem-abrigo, das quais se destacam:

- Saúde: criação de residências protegidas, para os doentes de saúde mental crónicos, com atividades ocupacionais e de emprego protegido; articulação com o Instituto da Droga e da Toxicodpendência (IDT), facilitando o acesso a programas de desintoxicação e de inserção específicos; articulação com o Ministério da Saúde no apoio aos alcoólicos; garantir apoio médico continuado e interface entre serviços sociais e de saúde;

- Alojamento: reestruturação e aumento da rede de alojamento transitório; criação de alojamento assistido, de um programa de habitação social para as pessoas sem-abrigo; uniformização de padrões de qualidade dos alojamentos e experimentação de modelos de housing first;

- Emprego/Formação: promoção de projetos de requalificação e integração profissional de inserção faseada, adequados aos perfis e faixa etária das pessoas;

- Prestações Sociais: revisão da atribuição do RSI, reajustamento dos normativos de atribuição de prestações; garantir a transparência nos critérios de atribuição de diferentes tipos de apoio;

- Imigração: potenciação de uma plataforma de apoio aos sem-teto imigrantes, com problemas de legalização e discriminação social;

- Informação: criação de centros locais de triagem, dirigidos às pessoas sem-abrigo, que centralizem um conjunto de informações e serviços em diferentes áreas (saúde, emprego, formação, segurança social, apoio jurídico, entre outras);

As recomendações não se esgotam nesta lista anterior, o documento aponta ainda, a título de exemplo, para uma melhoria do trabalho de parceria e em rede entre todos os atores envolvidos nestes diferentes serviços.

Tendo em conta estes princípios, começamos por destacar a “Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo – 2009-2015” cujo objectivo é “(...), não só cumprir as diretrizes europeias nesta matéria, mas também implementar um conjunto de medidas que permita criar condições para que sejam despistadas e acompanhadas as

situações de risco prevenindo a perda de habitação, e garantindo que ninguém tenha de permanecer sem alojamento condigna.” (ENIPSA, 2009: 5)

Esta estratégia defende que a responsabilidade da operacionalização das suas políticas deve ser a nível local, dando um papel de destaque aos “conselhos locais de ação social” (rede social municipal). A proposta de atuação a desenvolver no âmbito do apoio aos sem-abrigo ocorre em três domínios específicos: prevenção, intervenção e integração. No Eixo 1 desta estratégia, identificam-se medidas que possam contribuir para o conhecimento do fenómeno dos sem-abrigo a diferentes níveis (conhecer para melhor agir) permitindo definir as condições que possam ajudar na planificação das intervenções aos sem-abrigo fundamentando as decisões tomadas. Já no Eixo 2, as medidas propostas vão no sentido da promoção da qualidade técnica da intervenção (formação aos técnicos e agentes que trabalham com esta população), bem como na procura de eficiência e qualidade, quer ao nível das intervenções, quer ao nível das respostas para esta população. Propõe ainda a institucionalização do “gestor de caso”, que deverá ser responsável por acompanhar o processo de reinserção dos sem-abrigo.

Neste âmbito, e tendo em conta que o nosso projeto centra-se no território da cidade de Lisboa, destacamos ainda o “Plano de Cidade para a Pessoa Sem-Abrigo”, criado em Abril de 2009 e que não teve ainda uma atualização. Este documento destaca que a maioria das respostas existentes estão vocacionadas para a provisão de alojamento e alimentação, e que as respostas de suporte a esta população centram-se ao nível da saúde mental, das dependências, prostituição, VIH/SIDA, entre outras, e que de forma geral também respondem a populações em situação de exclusão. Este Plano procura operacionalizar a Estratégia Nacional e entrega à rede Social de Lisboa as devidas competências e responsabilidades para a sua aplicação e cumprimento.

O Plano de Cidade, elaborado com o intuito de promover uma maior integração dos sem-abrigo, assenta em três eixos de intervenção (Câmara Municipal de Lisboa, 2009):

Eixo 1 – Potenciar a rede de equipamentos e serviços de apoio à pessoa sem-abrigo;

Eixo 2 – Implementar um modelo de intervenção integrado na cidade de Lisboa;

Eixos 3 – Melhorar e qualificar a intervenção”

Em seguida, destacamos algumas das principais medidas e instituições de resposta existentes que, apesar de não serem exclusivas, ou terem um trabalho exclusivo com esta população, são as mais utilizadas pelas instituições sociais e os técnicos de serviço social:

- Comunidades Terapêuticas ou tratamento em ambulatório tais como: equipas de tratamento, unidade de alcoologia, centros de tratamento;
 - Segurança Social e prestações sociais: RSI, pensão de invalidez, pensão de Reforma;
 - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: Serviço de emergência;
 - Proteção Jurídica;
 - Acompanhamento pós saída;
 - Programa de casa/quarto;
 - Centro de Emprego e Formação Profissional;
 - Embaixadas, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Lojas do Cidadão;
 - Serviços de saúde: Centro de diagnóstico Pulmonar, Centros de saúde, Hospitais
- consultas de infecto.

As respostas sociais e serviços dirigidos aos sem-abrigo inserem-se num conjunto de respostas generalistas para as pessoas em situação de exclusão e pobreza, com destaque para o RSI, os Centros de Acolhimento, as Equipas de Rua e de serviços de ação social de instituições públicas e IPSS. Como podemos ver mais à frente neste estudo no trabalho desenvolvido pela associação VITAE. Na análise das respostas sociais é importante“(…) distinguir mecanismos de apoio social que potenciam a autonomia dos indivíduos, das meras prestações sociais que perpetuam situações de assistência e inatividade. Estas contribuem para um processo de desqualificação social, que se traduz nos efeitos psicossociais inerentes a «pertencer» a uma categoria de «assistido» (ou dependente). Face à incapacidade de reverter a sua situação de assistido, alguns indivíduos vivem nesta condição como se constituísse uma «carreira».” (Menezes, 2012: 26)

1.3. Serviço social

O serviço social, entendido enquanto um conjunto de práticas profissionais e enquanto disciplina científica, é muito recente, conta apenas com um século de existência. É

necessário a compreensão dos contextos históricos e do passado do serviço social para compreendermos o seu papel na atualidade. Nos momentos prévios à gênese do serviço social, que fica marcada com Revolução Industrial (final do séc. XIX, princípios do séc. XX), e a que podemos chamar de assistência social, as suas iniciativas prendiam-se com o trabalho de grupos caritativos e filantrópicos, cuja intervenção baseava-se numa experiência e conhecimento na proximidade com os excluídos e com os mais desfavorecidos. Nesta época anterior não existia uma profissão ou uma ideologia corporativa do sistema social. (Núncio, 2010)

São os problemas gerados pela Revolução Industrial, pelo capitalismo económico e pelo liberalismo político que levam à institucionalização do serviço social, primeiro em Inglaterra e nos E.U.A, e posteriormente em todos os países da Europa: “Na verdade, as interrogações face ao novo modelo de organização socioeconómica, gerado pela industrialização, foram, em larga medida, responsáveis pelo nascimento do serviço social, primeiro como profissão e depois como disciplina científica. Procurava-se responder ao *porquê* dos problemas e desigualdades sociais, a *como* intervir nestes problemas e, finalmente, a que *nível* realizar a intervenção” (Núncio, 2010: 40). O sistema social afirma-se então pela sua capacidade de produzir e sistematizar o conhecimento científico, pela definição de competências especializadas e pelo estabelecimento de metodologias profissionais de intervenção, marcando assim a diferença face ao anterior período de assistência social caritativa, filantrópica e voluntária.

O papel do Estado, em matéria de apoio social e de formulação de políticas públicas, surgiu mais tarde, dando uma dimensão mais ideológica ao serviço social e contribuindo em muito para o seu desenvolvimento. É a partir da II Guerra Mundial, com as novas questões da justiça social e da universalidade dos direitos sociais, que as relações entre serviço social, Estado de bem-estar e políticas sociais se aproximam e adensam, nascendo aquele que hoje identificamos por Estado Providência: “(...) o Estado chama a si a responsabilidade pela criação e manutenção de vários sistemas, como a segurança social universal, a saúde, a educação, o sistema de transferências sociais e a assistência social (Mozzicafredo, 2001, in Núncio, 2010: 71). Ao Estado cabe agora o fornecimento de serviços sociais e a gestão dos riscos, a promoção da coesão e da igualdade, com base num sistema de redistribuição de riqueza assente em dois princípios:

o da solidariedade (entre indivíduos) e o da subsidiariedade (entre o Estado e os indivíduos).

Muito se tem questionado sobre as políticas sociais e o serviço social no quadro das transformações globais constantes que caracterizam as nossas sociedades, Robert Castel (1997) é uma importante referência nesta reflexão, considerando existirem dois tipos de políticas sociais: 1) as políticas de inserção que intervêm junto de sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade ou em situação de exclusão social; 2) as políticas de integração que visam intervir a montante das situações de extrema vulnerabilidade ou exclusão social. Esta última opção seria a mais eficaz e de carácter preventivo mas é aquela que é muito pouco implementada. Assim, tendo em conta esta realidade, entende-se que o melhor trabalho é promover intervenções assentes na participação, no empowerment e na promoção de cidadania. As estratégias de intervenção devem assentar na participação dos sujeitos nos seus processos de inserção e de busca de soluções para os seus problemas e empowerment enquanto processo de capacitação e de atribuição de poder a indivíduos grupos ou comunidades de forma a eu estes assumam o controlo das suas ações, alcancem os seus objetivos e se consigam ajudar a si próprios e aos outros (Adam, 2008). Desta forma será mais fácil potenciar a participação destes indivíduos na sociedade, usufruindo direitos anteriormente negados.

Como já vimos, “A ação social é geralmente pensada como uma intervenção sobre pessoas, famílias ou grupos com o objetivo de os ajudar, educar, assistir, reinserir... A análise do processo de desinserção mostra que o essencial não é agir sobre a pessoa mas sim sobre a relação que esta mantém com o resto da sociedade. As instituições têm aqui um papel capital. (...) Assim, é conveniente interrogar-nos não somente sobre a natureza dos problemas que encontram as pessoas que estão em dificuldade, mas igualmente sobre a natureza das respostas oferecidas pelos diferentes serviços sociais”(Gaulejac, 2012: 20). Hoje é muito reconhecida a desarticulação entre a procura de respostas dos excluídos e as respostas sociais das instituições. Se por um lado os indivíduos procuram respostas enquanto sujeitos e com problemas individualizados, as instituições respondem com procedimentos, mais ou menos burocráticos, de papéis, questionários, etc, que apesar de necessários nem sempre são a resposta adequada a quem está numa situação urgente de intervenção. Neste contexto, Gaulejac (2012: 12) refere que é necessário refletir mais

sobre o atual serviço social no quadro institucional das instituições, e reconhece que cada vez mais “o trabalho social é chamado a intervir nos desencontros que existem entre a procura social e as ofertas institucionais”.

A evolução concetual do serviço social, que tem sofrido desenvolvimentos significativos nos últimos 100 anos, tem sido o resultado de um conjunto de mudanças e transformações sociais, económicas e políticas das nossas sociedades e colocam novas questões aos seus clientes, aos seus profissionais e às instituições. Os novos desafios que se colocam hoje ao serviço social serão retratados nos pontos seguintes deste estudo.

1.3.1. Inovação social

Nos últimos anos, a ideia da inovação esteve quase sempre ligada ao domínio tecnológico. Hoje a noção de inovação social tem vindo a ganhar uma maior abrangência e aplica-se nos mais variados âmbitos da sociedade. Neste trabalho, olhamos para a inovação social como uma resposta diferente aos problemas da exclusão social, da falta de qualidade de vida e da falta de participação cívica, possibilitando novas soluções, ou com capacidade de reinventar as atuais, capaz de provocar maior impacto, eficiência e eficácia junto dos mais desfavorecidos socialmente.

A inovação social é hoje reconhecida como a fusão entre o “negócio” e o “social” que três áreas da sociedade estão empenhadas em desenvolver: as Organizações Sem Fins Lucrativos, os Governos e as Empresas.

“Inovação Social é inovação que é explicitamente para o bem social e público. É inovação inspirada pelo desejo de ir ao encontro de necessidades sociais que podem ser negligenciadas por formas tradicionais de provisão pelo mercado através das empresas, e que foram sempre mal servidas ou não servidas de todo pelos serviços do Estado. A Inovação Social pode ter lugar dentro ou fora dos serviços públicos.” (Harris e Albury, in Azevedo, 2010: 55)

Perspetivas mais recentes distinguem a inovação social da económica, atribuindo-lhe uma natureza não mercantil, um carácter coletivo e o objetivo último de gerar mudança social através da satisfação de necessidades humanas que o mercado não pode garantir, capaz de promover a inclusão social e a capacitação de agentes ou atores em situação, potencial ou efetiva, de exclusão social.

A inovação social resulta da conjugação de três condições: A diversidade, enquanto abertura ao exterior e adoção de novas ideias e práticas; A tolerância, enquanto

fator-chave para a emergência da inovação; A participação, enquanto promotora do debate e do envolvimento dos atores. Trata-se por isso de uma forma de pensar e agir, de uma rutura face aos processos tradicionais, pois procura passar de uma sociedade baseada numa cultura de consumo para uma sociedade assente numa cultura de participação e inovação, apoiada num modelo de sustentabilidade económica. A inovação social pressupõe uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa – ou até mesmo uma rutura face aos processos tradicionais (André, 2006: 125, in Azevedo, 2010).

Deve ser entendida como um processo de transformação nos padrões de resposta a necessidades sociais profundas, através da rutura com as normas vigentes, com os valores instituídos e com a estrutura da distribuição de poder e recursos. Isto é, a inovação surge como uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, implicando, pois, uma mudança clara, criativa e significativa, na forma como uma sociedade lida com um determinado problema social complexo, anteriormente sem respostas contundentes, como a pobreza, a violência ou a deterioração ambiental (Nilsson, 2003, in Azevedo, 2010). O enfoque está sobretudo no âmbito dos processos - inclusão, capacitação e cooperação; uma vez que, a própria proposta de mudança social, objetivo último desta articulação de estratégias, se situa a nível processual (André, 2006: 126, in Azevedo, 2010).

A inovação social pode desenvolver-se através da intervenção direta do Estado, estar presente nas políticas públicas, pode ser produzida por entidades privadas, com iniciativas desenvolvidas no âmbito da responsabilidade social das empresas, mas é o terceiro setor que tem um papel mais interventivo através de iniciativas ligadas aos cuidados de saúde, à ação social, à habitação, à educação, à formação, ao empreendedorismo, à imigração e à integração no mercado de trabalho.

Procura por isso desenvolver novas e melhores respostas para as necessidades sociais, de forma criativa e colaborativa, provocando uma mudança social qualitativa e contribuindo para uma economia global mais sustentável. De acordo com o Programa LEED da OCDE, a inovação social procura novas respostas para problemas sociais através da identificação e oferta de novos serviços que melhoram a qualidade de vida dos indivíduos e comunidades; identificando e implementando novos processos de integração no mercado de trabalho, novas competências, novos empregos e novas formas de

participação, como diversos elementos cada qual contribuindo para melhorar a posição dos indivíduos na força de trabalho.

Neste perspectiva, a inovação social é a proposta de uma via efetiva e criativa para a resolução dos problemas sociais, no sentido de melhorar o bem-estar social e assim promover o desenvolvimento. Pode ser feita através da afirmação e capacitação do indivíduo na sociedade e da incessante capacidade humana para a reinvenção, onde as organizações do terceiro setor têm um papel fundamental. Porém as suas iniciativas só serão efetivas na promoção de desenvolvimento e da capacitação dos indivíduos, se, em primeiro lugar, se centrarem nas pessoas para quem se dirige, em segundo lugar, cooperarem ativa e produtivamente entre si, e com as entidades do sector público e do sector privado.

Uma das questões mais pertinentes que se colocam é que métodos funcionam para promover a inovação social, como nascem e se fomentam as ideias e como as transformar em projetos com impacto em larga escala. Mais do que nunca é também necessário perceber as alterações que ocorrem nos padrões de necessidades da sociedade de forma a ser possível identificar as prioridades de intervenção. Existem dois tipos de inovação social: as incrementais, que assentam no que já existe e, as radicais, que baseiam-se em modelos de pensar e fazer novos, e que podem romper com os padrões produtivos, de consumo e distribuição implementados na sociedade.

De acordo com Phills, Deiglmeier e Miller (*in* Azevedo, 2010:55) “Uma inovação social pode ser um produto, um processo de produção ou uma tecnologia (como a inovação em geral), mas também pode ser um princípio, uma ideia, uma peça legislativa, um movimento social, uma intervenção ou uma combinação deles.”

Algumas destas definições são demasiado abrangentes e outras são demasiado restritivas, de forma objetiva e tendo em conta o nosso projeto de inovação social, partilhamos com Azevedo (*idem*: 56)) a seguinte noção: As inovações sociais são inovações que são sociais, tanto nos seus fins como nos seus meios. São (...) novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente vão ao encontro de necessidades sociais (de forma mais eficaz que as alternativas) e criam novas relações sociais ou colaborações. São inovações que são ao mesmo tempo boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade atuar.

A inovação social não se restringe por isso às políticas sociais, apesar do importante papel do Estado no pós-guerra quando os estados democráticos instalaram nos seus países os “Estados Providência”, numa altura em que as organizações de caridade estavam muito associadas ao paternalismo e assistencialismo, sem conseguirem verdadeiramente responder às novas necessidades sociais dos povos. Mais tarde, as cooperativas e mutualistas que foram nascendo procuravam combinar respostas económicas e sociais e também as instituições religiosas contribuíram para a escalada da inovação social. Nos anos 60 e 70, os movimentos sociais, muito relacionados com os direitos civis, o feminismo e a ecologia conduziram a novas organizações, quer governamentais, quer privadas ou sem fins-lucrativos.

Não podemos descurar que uma nova perspetiva de inovação social surgiu nos últimos anos com as novas tecnologias de informação, com a disseminação da internet e dos media, onde os interesses por determinadas causas tiveram possibilidade de atingir um maior número de pessoas e levar á criação de muitos projetos inovadores. Na verdade, a inovação social não é uma prática restringida ao terceiro setor, ocorre nos vários setores da sociedade. Apesar de cada setor poder ter os seus interesses e modelos económicos distintos algo os une, como sejam os objetivos sociais, a ética, a inclusão social, o empowerment e a solidariedade. No âmbito deste trabalho é no entanto necessário destacar o papel do terceiro setor na implementação da inovação social e que faremos nos pontos seguintes.

1.3.2 O processo de desenvolvimento da inovação social

Após a consciência de uma necessidade, e evidenciada essa necessidade, o processo criativo inovador pode envolver vários saltos e etapas até chegar ao produto ou projeto final que visa colmatar a necessidade identificada. O diagnóstico dos problemas deve ser o primeiro passo, para assim se poder chegar ao desenvolvimento de soluções, não se trata de um processo linear e contínuo, o grande desafio é chegar às causas subjacentes ao problema. Quanto à sustentação dos projetos, existem diferentes formas também de testar a melhor forma de garantir a sua sustentação, ou recorrendo a pequenas bolsas e apoios pontuais, e depois pode estar sustentado em políticas públicas, programas públicos ou até num modelo de negócio. Na maior parte das vezes, no desenvolvimento de inovação

social, é necessário testar as soluções encontradas, refiná-las e isso pode ser feito através de projetos pilotos ou experiências pontuais.

É importante abordar aqui a questão da “escala” nos projetos de inovação social. O mais recomendável é que os projetos cresçam à medida que vão sendo disseminados e não têm que estar associados ao crescimento da organização que o promove. Ele dependerá sempre de uma oferta efetiva, mas também de uma procura efetiva. Não havendo procura o projeto não conseguirá impor-se. No entanto, a procura também se cria, e tendo em conta as características da nossa população alvo, terá obrigatoriamente que envolver um trabalho intenso para despoletar essa procura. Deverá ser também um projeto que opte pela simplificação, para que seja mais fácil obter essa procura e levar à disseminação do mesmo.

Já quanto a procura do “produto” resultante do projeto, neste caso o sabão ou o sabonete, será necessário colocá-lo no mercado, escoá-lo, para isso é necessário criar consciência da sua utilidade e valor, e pode ter o apoio das instituições públicas como dos privados, podendo mesmo levar à criação de uma marca.

Segundo Mulgan (2007: 5), o desenvolvimento de um processo de inovação social assenta em três pilares estruturantes do sistema socioeconómico em que este se insira – procura efetiva, oferta efetiva e estratégias efetivas. A procura efetiva é o reconhecimento da necessidade social abordada por promotores diretos – consumidores de produtos, serviços, ou voluntários, e, promotores indiretos – patrocinadores, fundações. A oferta efetiva é a nova ideia gerada para responder a essa necessidade ou necessidades, e as formas de a operacionalizar e expandir que lhe são associadas. As estratégias efetivas correspondem aos financiamentos, aos agentes envolvidos e às metodologias de aplicação que favorecem a absorção da inovação social pelos mercados. Este é habitualmente o pilar menos estável, dado o número limitado de organizações e redes, assim como de profissionais de gestão na área, que permita estabelecer comunidades de prática, o que provoca a escassez de métodos e técnicas apropriados, levando os promotores a sentirem-se amadores.

Um processo de inovação pode atingir diferentes estádios ou fases de desenvolvimento, de acordo com a articulação entre a oferta e a procura efetivas. Esta

articulação determinará a marcha do seu crescimento, que idealmente se processa em três fases sequenciais, que passamos a referir:

A primeira fase de um projeto inovador corresponde ao período de arranque da iniciativa, no qual a ideia é gerada, podendo partir dos próprios atores afetados por determinado problema social (Mulgan, 2007).

A segunda fase dá-se quando a ideia entra pela primeira vez em contato com a realidade, sendo posta à prova. Muitas vezes é necessária mais do que uma experiência para que um projeto inovador possa realmente ser testado, assim, é aconselhável aos promotores começar cedo, pois o contato com a realidade permite, por via de adaptações e reformulações, reforçar o potencial da inovação. (idem)

Na terceira fase, inicia-se o verdadeiro processo de difusão, em que se procuram parceiros, avaliam recursos e caminhos para o crescimento. As organizações mais jovens procuram o apoio de organizações estáveis para trazer credibilidade ao seu projeto, e estas, por sua vez, procuram, por vezes, organizações mais pequenas e flexíveis que possam concretizar determinadas ideias. (idem)

Por fim, a inovação pode também estar ligada ao “modelo de negócio”, uma iniciativa de inovação social pode optar por uma estrutura privada de mercado, ou por um modelo de economia social dirigido especificamente a grupos que não podem aceder às soluções de mercado. Pode ainda seguir a via do empreendedorismo social que alia a prossecução de fins sociais com a venda de produtos ou serviços no mercado, como o caso das marcas de ONG. Outra opção é a de se tornar intermediária de grupos de produtores, como o caso do comércio justo, no entanto, muitas outras referências poderiam aqui ser enumeradas, pois são hoje uma realidade dos tempos modernos.

1.3.3. Economia social e terceiro setor

O terceiro setor é promovido pela sociedade civil através de um conjunto de atividades de organizações, criados por sua iniciativa, que têm como objetivo prestar serviços públicos, nas áreas dos direitos humanos, da saúde, da educação, da cultura, da habitação, da proteção do ambiente, do desenvolvimento local, ou até mesmo do desenvolvimento pessoal (Salamon, in Salvatore, 2004: 27) e nele identificam-se experiências e projetos de inovação social. A inovação social está muito associada à economia social e ao

nascimento da empresa social: “As empresas sociais são negócios com objetivos sociais e cujos excedentes são principalmente reinvestidos para esse fim, no negócio ou comunidade.” (Azevedo, 2010: 53)

Por economia social entenda-se o “conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de «não mercado» a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam” (CIRIEC, 2007: 9). É também reconhecido que o Estado está incapacitado de poder responder a todos os pedidos de apoio que chegam dos vários sectores da sociedade, e é neste espaço vazio deixado pelo Estado que surgem organizações da sociedade civil que tentam colmatar algumas das necessidades de emprego e inclusão social trabalhando para a erradicação da pobreza, promovendo o desenvolvimento local e regional. Este tipo de iniciativas de apoio ao desenvolvimento local, social e pessoal tem vindo a assumir os contornos de uma economia paralela, muitas vezes designada de economia social, podendo ser geradora de potencialidades que contribuam para sociedades mais justas e democráticas. (Neves, 2010: 37)

Portugal integra o grupo de países europeus com «maior aceitação do conceito de economia social» (CIRIEC, 2007: 3) a par da França, Itália, Espanha, Bélgica, Irlanda e Suécia. Além do núcleo de formas institucionais de economia social partilhado por todos os países (cooperativas, mutualidades, associações e fundações), existem entidades da economia social que são próprias de determinados países, como é o caso das Misericórdias e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPPS) em Portugal.

Algumas reflexões mais recentes defendem o termo de economia solidária por este se aproximar mais das novas realidades sociais: “A ideia de economia solidária reafirma os princípios e a ambição original da economia social que recusa as divisões

entre a ação económica, social e política e aciona projetos cívicos, democráticos, participativos e economicamente plurais (e, nesse sentido, alternativos ao sector público e privado), ou seja, formas de mobilização e organização de recursos para a produção material de bens e serviços, recorrendo a vários princípios económicos (a redistribuição, a reciprocidade e a troca no mercado) a vários recursos (monetários e não monetários). Mais do que expressar uma diferença conceptual relevante, a utilidade desta designação é a de chamar a atenção sobre as novas gerações que, de uma forma geral, expressam necessidades específicas em relação às tradicionais e instituídas organizações da economia social.” (Quintão, 2012: 8)

As instituições da chamada economia social são entidades de atividade produtiva geridas de forma diferente, tendo por base a prática de uma democracia viva e de uma gestão de ganhos em prol de um bem comum. Este vasto sector económico-social, muitas vezes denominado de terceiro sector em oposição ao sector público e ao sector privado com fins lucrativos, assume diversas formas organizativas. Entre elas destacam-se as cooperativas, as instituições particulares de solidariedade social as misericórdias, as mutualidades, as fundações e as associações de desenvolvimento local, entre outras. Na lei portuguesa o sector da economia social é consagrado tendo por base duas vertentes – um sector cooperativo e um sector social. Está, assim, abrangida uma ampla rede de economia social que engloba as cooperativas, as entidades do sector comunitário, as unidades produtivas que integram o subsector autogestionário, as misericórdias, as mutualidades, as fundações, as associações e outras entidades que tenham como objetivo a solidariedade social. Desta forma, Portugal tem um enquadramento legal que permite o fomento destas iniciativas de desenvolvimento social, ainda que demasiado vago e pouco claro. (Neves, 2010)

O terceiro setor, cuja delimitação precisa, dada a diversidade de abordagens, dificulta muitas vezes a sua caracterização (Salvatore, 2004: 31), trata-se de uma realidade profundamente multifacetada, composta por um leque de organizações extremamente heterogéneo quanto a formas jurídicas, modelos de gestão, estruturas de governança, esquemas de cooperação, estruturas de recursos humanos e objetivos/ações: “O termo Terceiro sector foi utilizado pela primeira vez por J. Delors e J. Gaudin em 1979 num texto intitulado “Pour la création d’un troisième secteur coexistant avec celui

de l' "économie de marché et celui des administrations" e tem tido uma utilização crescente desde o final da década de 90. Este termo é utilizado genericamente para designar um conjunto de organizações muito diversificadas entre si, que representam formas de organização de actividades de produção e de distribuição de bens e prestação de serviços, distintas dos dois agentes económicos dominantes – os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos – designados frequentemente e de forma simplificada, por Estado e Mercado. Os exemplos mais frequentemente entendidos dentro deste conjunto de organizações, no contexto do mundo ocidental, são as associações, as fundações, os sindicatos, os clubes recreativos, organizações religiosas, formas de organização mais ou menos informais, por exemplo grupos de autoajuda, entre outras.” (Quintão, 2004: 2)

Apesar destas dificuldades, é reconhecido que as organizações do terceiro setor não têm como objetivo principal o lucro, que a existir é reinvestido na atividade e não distribuído entre os seus membros (Amado, 2007). Assim, o terceiro setor guia-se primordialmente pelo princípio de reciprocidade, ou seja, a ideia de que a cooperação e a ajuda são formas válidas de mobilização e organização de recursos monetários ou não monetários para a produção material de bens e serviços. As suas organizações, constituídas pela iniciativa privada, têm como propósito pôr em prática os princípios de solidariedade e justiça social. As dimensões da sua atuação abrangem áreas como a infância, a população sénior, apoio às famílias, os sem-abrigo, a integração social e comunitária, proteção a cidadãos com incapacidades, prestação de cuidados de saúde preventivos e curativos, entre outras. Como objetivo último, o terceiro setor procura compreender, fomentar e desenvolver projetos e soluções para os problemas sociais das sociedades contemporâneas.

A importância atual do terceiro setor tem expressão em 4 domínios:

- Económico (dada a produção de bens e serviços em várias áreas da atividade económica e por dinamizarem novas áreas de atividade, com novos produtos e serviços que mais nenhuma outra entidade do sector público ou privado oferece;
- Emprego e luta contra o desemprego (abre espaço a um novo mercado de emprego, com destaque para os mais desfavorecidos e com menores qualificações)

- Luta contra a exclusão social (projetos sociais alternativos à economia de mercado, novas formas institucionais e organizativas, promoção de trabalho em rede e parceria, forte potencial de inovação);

- Desenvolvimento local (algumas o seu objeto de atividade é o próprio desenvolvimento, com respostas específicas aos territórios, às populações e a situações mais problemáticas) (Quintão, 2004: 11-12)

A importância do terceiro sector na sociedade portuguesa contemporânea é expressa na política do Governo no Programa de Emergência Social apresentado pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social: “O terceiro sector tem um papel absolutamente determinante na substituição do Estado em múltiplos projetos em áreas distintas. O sector da economia social constituído hoje por cerca de 10 mil organizações de base, emprega cerca de 250 mil trabalhadores de norte a sul, do litoral ao interior do país. É um dos sectores que mais tem crescido nos últimos anos e tem, entre outras, características únicas: emprega pessoas com idades mais avançadas, emprega pessoas com deficiência; não se deslocaliza ao contrário de outras empresas; trabalha primordialmente ligada à economia social pelo que diminui importações ao mesmo tempo que dá resposta sociais localizadas.” (PES, MSSS, Agosto de 2011).

Iniciativas e programas do terceiro sector para a exclusão social e de apoio a indivíduos em situação de sem-abrigo começa a ser uma realidade na nossa sociedade: “No contexto do mundo ocidental e das problemáticas do desemprego estrutural e da necessidade de novas vias para o modelo social europeu, estas iniciativas desenvolveram-se em áreas como: a inserção no mercado de trabalho de categorias várias de públicos socialmente desfavorecidos; os serviços pessoais e designados de proximidade; o desenvolvimento local e sustentado; o ambiente; a gestão e manutenção de espaços urbanos coletivos; o apoio a grupos sociais com necessidades específicas como crianças e os idosos, as pessoas com diminuições físicas e mentais, etc.” (Quintão, 2011: 5-6)

A importância da discussão em torno do terceiro sector, no âmbito deste projeto, prende-se com a possibilidade do projeto apresentado poder vir a constituir-se como empresa do terceiro setor, como falaremos mais à frente.

1.3.4 Serviço social e ambiente

O debate a respeito do ambiente e da ecologia surgiu no meio acadêmico no início da década de 70, mas é a partir de 1990 que começa a ganhar maior expressão, passando a assumir um caráter universal. Essa universalidade dá-se através do reconhecimento de que as ações do homem sobre a natureza, estabelecidas através de uma relação contraditória, onde a exploração ilimitada dos recursos é utilizada de forma desordenada provocando sua extinção e/ou deterioração, está a trazer consequências ambientais desastrosas em todas as partes do globo, sendo mais visível nas alterações climáticas. Por outro lado, o ser humano vive numa sociedade individualista e consumista que produz uma grande quantidade de lixo e poluição que também contribui para a degradação do meio ambiente em que vive.

Em termos gerais, são os pobres que, além de sofrerem com a desigualdade na distribuição da riqueza, têm o seu acesso à apropriação dos recursos naturais restringidos e acabam sentindo com maior intensidade as consequências da degradação ambiental. Apesar das questões relacionadas com o meio ambiente atingirem todas as classes e grupos sociais, uma vez que seus impactos alastram-se em todas as esferas da vida cotidiana, o desequilíbrio ambiental também permite identificar formas de manifestação da desigualdade social, uma vez que a consequência desse desequilíbrio não se manifesta de forma homogênea entre todos os segmentos da sociedade.

Assim, se nas relações entre o homem e o meio ambiente também estão presentes as contradições sociais, será interessante abordar neste ponto o possível envolvimento dos assistentes sociais com as questões sobre o meio ambiente e a ecologia. No 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais¹, em 2001, era reconhecido, que apesar da preocupação global com o meio ambiente, o serviço social continuava em grande parte isolado deste debate e distanciado dos esforços de ações ambientais. No entanto, mais recentemente, os assistentes sociais estão a ser instigados a considerar e incorporar questões ambientais nas suas práticas profissionais. Existem hoje já alguns estudos que procuram investigar como pode o serviço social incorporar as questões ambientais no seu trabalho com os mais desfavorecidos.

1 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2001, Rio de Janeiro.

Desde finais do século XX que os conceitos de sustentabilidade e ecologia surgiram como conceitos-chave do movimento ambiental. Sustentabilidade ambiental foi definida como aquilo que se refere ao "desenvolvimento de sistemas humanos, tecnologias e estilos de vida que podem proporcionar qualidade ambiental benigna para os atuais modos de vida da humanidade, e nas gerações futuras" (Baker, 1997).

Ecologia e sustentabilidade baseiam-se na perspetiva de sistemas, um conceito conhecido no serviço social, direcionado para a relação entre os assistentes sociais e os seus clientes em função dos sistemas sociais em que se inserem. Alguns autores assumiram o desafio de considerar as questões ambientais e a sua relação com o serviço social. Hoff, Polack, Berger e Kelly (1993) investigaram as implicações das preocupações ambientais na prática do serviço social, salientando a importância da relação entre a crise ambiental e as preocupações sociais e políticas. Concluíram que muitos problemas sociais devem-se a uma maior exposição dos mais desfavorecidos, em especial as minorias étnicas e as comunidades rurais a várias formas de degradação ambiental, stress urbano, mobilidade de trabalhadores devido aos perigos no local de trabalho e o impacto do ambiente sobre problemas de saúde, como o cancro e os defeitos congênitos. No entanto, em especial na Europa, a ligação entre o serviço social e o meio ambiente tem sido mais marcada pela relação entre o serviço social e a sustentabilidade ambiental e económica.

A expansão do serviço social deve apostar também na transmissão de valores ambientais, ecológicos e de práticas amigas do ambiente. Interessante nesta abordagem é destacar que a população sem-abrigo vive distanciada dos valores ambientais, não contribuindo para uma melhoria do meio ambiente, apresentando comportamentos e atitudes que contribuem ainda mais para a sua degradação. O serviço social deve hoje facilitar uma relação de benefício mútuo e benéfico para os utentes e o ambiente no qual eles vivem.

É também hoje reconhecido que a saúde pública está preocupada com o impacto do ambiente sobre a saúde da população, e em especial dos que estão mais desprotegidos e afastados do serviço de saúde. Os assistentes sociais devem ter esta consciência e procurar desenvolver intervenções que visem não só diminuir estes impactos, como preveni-los.

Mas o trabalho dos assistentes sociais em melhorar as condições sociais dos seus clientes poderá ser em vão se a própria sociedade carece ainda de ar limpo, de água potável e de alimentação adequada: "A política social não pode ser sustentável a menos que a sociedade que a sustenta seja sustentável" (John McNutt (1994), in Baker, 1997). No campo emergente da justiça ambiental é necessário desenvolver um habilidoso trabalho social que permita o desenvolvimento sustentável e socialmente consciente das comunidades e dos indivíduos. No entanto, o conhecimento e sabedoria adquirido pelos técnicos sociais sobre o potencial dos seres humanos em recriar-se e adaptar-se à mudança pode assumir agora um papel de liderança de uma nova visão sobre o trabalho social que articule justiça social e ecologia.

Como afirma Reigota (2004) "a experiência acumulada pelos assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção e participação" (Gómez, 2005: 8).

De acordo com Richard Bolan (Bolan, 1994: 146) "As linhas que ligam a poluição ambiental ao bem-estar social estão muito mais expostas sob condições extremas". O autor pretende com isto afirmar que os indivíduos mais pobres e as famílias que vivem em bairros precários, que sofrem de escassez de recursos e de trabalho são os mais vulneráveis e os que estão mais expostos à degradação ambiental. Os assistentes sociais devem perceber que as pessoas que vivem na pobreza têm poucos incentivos para se juntar em esforços ambientais e em alterar os seus comportamentos.

O serviço social tem por isso muito a contribuir para este tema, onde os seus profissionais podem ajudar a decifrar a realidade e contribuir com estratégias capazes de preservar e efetivar os direitos dos cidadãos, pois devem ser educadores e formadores, capazes de levarem os indivíduos a refletirem sobre estes problemas e alterarem os seus comportamentos. Estas ações educativas devem valorizar o homem enquanto ser participativo, ético, que busca o conhecimento, a autocrítica e luta pelos seus ideais, respeitando o meio natural e refletindo sobre sua visão de homem e de mundo.

A dimensão educativa do serviço social ambiental é facilmente visível, uma vez que para promover uma mentalidade proativa e ativar o exercício da cidadania, é necessária uma sensibilização, uma mobilização, sobretudo das populações excluídas,

cujas incapacidades têm vindo a ser colocadas sistematicamente antes das suas capacidades e do seu poder como cidadãos de pleno direito.

Assim como a gestão ambiental, a gestão social envolve uma série de fatores que devem ser conhecidos e analisados, como seja a mobilização, participação, capacidade de decisão, pois é a partir das pessoas que se pode mudar a realidade e são as pessoas que fazem a diferença.

Nesta perspetiva de atuação do assistente social, enquanto educador ambiental, e tendo como principal instrumento de intervenção social a mediação, Gómez afirma: “a mediação consistiria em criar pontes, em guiar as novas formas de relação entre o ‘ecológico’ e o ‘social’, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em serem facilitadores de uma nova cultura: a participação social” (Gómez,2005: 17).

A responsabilidade socio-ambiental traduz-se hoje em novos espaços de atuação para os assistentes sociais e abrem um campo de possibilidades para a criação de projetos sociais que promovam, a par da inclusão social, uma maior consciência pelos problemas ambientais.

CAPÍTULO II – O Projeto de intervenção “Oficina do sabão”

2.1. Enquadramento e fundamentação

Se num período recente o capitalismo industrial foi um capitalismo integrador, apesar das desigualdades, injustiças e explorações que possa ter provocado, é certo que houve uma melhoria global da sociedade, uma melhoria das condições de vida, um aumento dos rendimentos e do poder de compra das famílias e dos indivíduos. O crescimento económico verificado, permitiu o acesso generalizados ao ensino e ao mundo profissional, como uma melhoria da integração das populações imigrantes. Mas este modelo está em crise, e é o próprio sistema económico que produz a exclusão de uma franja significativa da população, realçando a contradição entre o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social.

As atuais transformações sociais e o impacto que a crise económica e financeira está a provocar nas nossas sociedades exigem hoje ao serviço social uma reflexão e adaptação com base em novos modelos de intervenção e de desenvolvimento social: “O sistema económico revela-se incapaz de criar emprego para a generalidade da população e os sistemas de proteção social revelam-se insuficientes, face às tendências do carácter estrutural do desemprego, à persistência das formas de pobreza tradicionais, e face ao crescimento de novas formas de pobreza e exclusão social. A nova questão social trata-se, à semelhança do sucedido no século XIX, de encontrar modelos de desenvolvimento socialmente integradores e, no presente e de uma forma mais lata, de encontrar modelos de desenvolvimento sustentável.” (Quintão, 2011: 10)

O crescimento do número de indivíduos considerados supérfluos na nossa sociedade e que a modernidade capitalista não cessa de produzir, prende-se com o facto de que “(...)as abordagens dominantes ao problema da organização do trabalho continuam a guiar-se pelo princípio primário da redução de custos, lançando mão de várias estratégias que assinalam o triunfo da competitividade sobre as estratégias de recuperação do trabalho, (...) designadamente a procura de mão-de-obra estrangeira, a maior implementação de tecnologia, principalmente como medida de redução de mão-de-obra, o uso generalizado de trabalho temporário e a diminuição da dimensão das companhias.” (Queirós, M; Gros, M., 2012: 28)

Como já vimos anteriormente, a falta de rendimentos provenientes do trabalho é um dos principais fatores de exclusão social e de pobreza. A pobreza não se elimina com a caridade, mas com a criação de condições compatíveis com o desenvolvimento pessoal. É necessário desmistificar hoje algumas ideias políticas pré-concebidas que atribuem à pobreza a carência de capacidade em apreciar as vantagens do trabalho, à passividade dos indivíduos que deixam passar oportunidades e agarram-se aos apoios sociais e prestações sociais como meio de vida, a uma certa incapacidade e falta de vontade em controlarem e melhoram as suas próprias vidas. A pobreza não pode ser imputada à psicologia dos indivíduos nem à sua cultura (ou não cultura). A integração social pelo trabalho é fundamental para os indivíduos no atual sistema em que vivemos, uma vez que outras estruturas de suporte aos indivíduos estão desaparecendo, como a solidariedade, a proximidade, a amizade, a família, laços sociais que foram durante muito tempo protetores dos processos de privação e de exclusão. O retorno destes indivíduos à escola ou à formação, de forma a conseguirem inserir-se na sociedade, exige “(...)um questionamento profundo das concepções e dos modos de fazer institucionalizados neste domínio da formação, assumindo a necessidade de implicação e investimentos relacionais intensos” (idem: 57). Só assim será possível evitar a reprodução de práticas e condições que incapacitam uma formação efetivamente qualificante e integradora.

De facto, hoje tem sido muito questionável a formação e o tipo de formação que as instituições promovem e oferecem junto da população mais desfavorecida e desintegrada, pois na verdade muitas pecam pela sua incapacidade em gerar uma efetiva evolução em termos de saberes e competências com capacidade para integração no mercado de trabalho: “Para aqueles que, ao longo da vida, acumularam vários tipos de ruturas, de ordem material, emocional, cultural e social, e que pouco ou nada adquiriram em termos de formação, (...) os que foram desde a infância impossibilitados de adquirir as atitudes e os saberes socialmente inclusivos, são sistematicamente remetidos para autênticos simulacros de formação que jamais lhes permitirão ingressar no mercado de trabalho e aceder a um mínimo de autonomia”(idem: 57).

A ideia deste projeto é inverter a tendência de encaminhar estes indivíduos para formações pouco ou nada qualificantes, que apenas procuram ocupá-los, induzindo ainda mais a descrença na mudança instalando um modo de relacionamento meramente

instrumental com as instituições de proteção social. Enraizar a formação nos problemas da vida e nos conhecimentos que estes problemas suscitam parece ser de grande importância, por isso o projeto de intervenção que propomos, assente na reciclagem de óleos alimentares para a fabricação de sabonetes, procura também despertar esta população para outras realidades essenciais à plena cidadania, como a saúde, a higiene pessoal e pública, os valores ambientais, etc..

É importante difundir a ideia de que o objetivo do pleno emprego já não existe, não é real, e que a obtenção do rendimento através do acesso a um trabalho assalariado deixou de estar acessível a muitos cidadãos, agora considerados excedentários. A aprendizagem de competências é fundamental para a reinserção dos sem-abrigo e é esse um dos principais objetivos do projeto oficina do sabão. Neste sentido pretendemos demonstrar que é possível reconciliar estes excluídos do sistema com o saber e o conhecimento, com uma formação prática e para a vida em sociedade, impedindo que neles se instale definitivamente uma resignação fatalista, que é ainda possível arranca-los á descrença de si próprios.

Estamos perante um grupo de indivíduos cujas condições de existência determinam uma estruturação interna e subjetiva que contribuem menos para reverter a sua situação e mais para manter a sua incapacidade de assegurar a vida pelos seus próprios meios. Sentem que não têm capacidade para atuar sobre a sua situação, reforçando a imagem negativa que desenvolvem sobre si mesmos. Reconhece-se assim, dois trunfos decisivos para a inclusão social dos sem-abrigo: as redes de relações sociais em que devem tomar parte; o acesso à dignidade e ao valor simbólico. Desta forma, e recorrendo às conclusões de Queirós, M e Gros, M. (2012: 84): “(...) atribuímos grande importância à criação de condições externas que despertam a capacidade e a vontade de reagir à exclusão, seja por via da criação de um universo relacional que represente uma inequívoca valorização simbólica, seja pelas oportunidades de aceder a modalidades de formação efetivamente organizadas para desencadear o empenho na aquisição de saberes e competências socialmente valorizados e que, mesmo que incapazes de gerar acesso ao emprego remunerado, possam fornecer saberes rentabilizáveis em atividades úteis à comunidade.”

O projeto “oficina do sabão”, que não deixa de ter uma componente direta de formação, deverá apostar numa vertente mais prática e com resultados visíveis capaz de introduzir mudanças comportamentais nestes indivíduos. Não pode ser visto meramente como uma formação isolada, o projeto vai muito mais além e procura sim, motivar para a integração e a cidadania, para uma mudança de comportamentos e para o despertar do interesse pela formação e qualificação para o mercado de trabalho.

É com base nestes pressupostos que pretendemos criar o projeto “Oficina do sabão”, projeto de intervenção sustentado por um diagnóstico dos problemas e dos sem-abrigo, que apresentamos em seguida, pela discussão dos conceitos e do enquadramento científico destas problemáticas, como discutido no Capítulo I, e na análise do trabalho social desenvolvido junto desta população pelas instituições sociais, em especial da Associação VITAE que serviu de estudo para o enquadramento do serviço social com os sem-abrigo e que será o local onde pretendemos testar o nosso projeto e as práticas de mudança que se pretende atingir com esta população.

2.2.Diagnóstico

Um diagnóstico pode ser realizado de diversas formas, e serve muitas das vezes para justificar a necessidade do projeto de intervenção, ou fazer ressaltar a necessidade do mesmo. Pode ainda variar consoante o objeto, objetivo e contexto do próprio projeto. Um bom diagnóstico deve identificar o problema, ou problemas em causa, e sobre o qual se pretende intervir. Caso sejam identificados vários problemas é importante perceber como os mesmos se relacionam entre si, isto é, quanto melhor se identificar esta relação, melhor se poderá perceber as vantagens e desvantagens da intervenção proposta no projeto. É importante também identificar qual a intensidade e dimensão do problema para melhor definir o tipo de intervenção

Tendo em conta que este projeto procura ir ao encontro dos problemas e expectativas da população sem-abrigo, deveremos começar por conhecer e analisar a sua situação concreta e por isso elaborar um breve diagnóstico que identifique e reflita sobre a sua dimensão, composição e caracterização em termos demográficos e sociais. O diagnóstico é um instrumento utilizado para adquirir conhecimento sobre a realidade de uma determinada comunidade ou problema e permite fazer uma caracterização da

população sobre a qual se pretende intervir, por isso, para muitos autores o diagnóstico é também um instrumento de intervenção.

2.2.1 Para uma caracterização dos sem-abrigo

O conhecimento do número de sem-abrigo, bem como das suas características, a viver na cidade de Lisboa não é “preciso”, pouco são os levantamentos realizados, bem como os estudos elaborados em Portugal sobre esta população. O Grupo de Trabalho da Pessoa Sem Abrigo, refere: “Não parece haver consenso quanto ao número de indivíduos a dormir nas ruas de Lisboa e às características desta população, variando em função do conceito utilizado, dos objetivos do estudo e das metodologias assumidas” (Proposta de Plano para a Pessoa sem Abrigo – Lisboa:15).

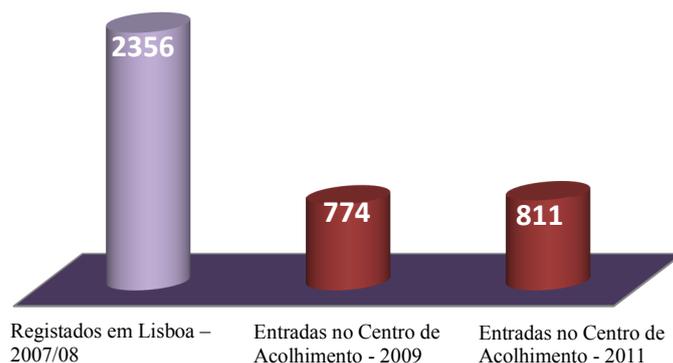
Apesar de existirem poucos dados disponibilizados por fontes oficiais, apresentamos aqui uma caracterização da população sem-abrigo da cidade de Lisboa e da população sem-abrigo do centro de acolhimento da Vitae. Este diagnóstico tem por base os dados do Relatório Anual de Monitorização do Grupo de Trabalho das Instituições que Acompanham as Pessoas Sem Abrigo na Cidade de Lisboa, relativo de 2008 (o mais recente), e os Relatórios de Atividade da VITAE de 2009 e 2011 (permitindo uma análise mais atualizada da realidade).

Os estudos efetuados em Portugal na década de 90 sobre os sem-abrigo são consensuais relativamente ao perfil social desta população. A maioria dos estudos têm incidido na cidade de Lisboa e fazem emergir um perfil de sem-abrigo urbano, surgindo como um indivíduo do sexo masculino, com idade média de 48 anos, solteiro, desempregado e com um baixo nível de qualificação quer escolar quer profissional. (Costa,1998).

De acordo com os dados mais recentes, no ano de 2007 foram registadas 1187 pessoas sem-abrigo na cidade de Lisboa, e no registo de 2008 foram identificadas 1169 novas pessoas na mesma situação. A soma dos dois anos aponta para cerca de 2356 pessoas sem-abrigo identificadas pelas equipas de rua na cidade de Lisboa. No ano de 2009 foram registadas 774 entradas no centro de acolhimento da Vitae, tendo este número aumentado em 2011 para 811 pessoas (ver figura nº3). De acordo com esta informação, podemos estimar que o centro da Vitae acolhe mais de 30% desta população, o que pode

demonstrar tratar-se de um centro de referência para as entidades que trabalham no terreno, bem como pelos próprios sem-abrigo, apesar da afluência ao centro ser mais significativa no período do outono e inverno.

Figura 3 – N° de sem-abrigo registados em Lisboa e no Centro de Acolhimento da Vitae



Fonte: Relatório Anual de Monitorização do GTIAPSA na Cidade de Lisboa (2008) e Relatórios de Atividade da Associação Vitae (2009 e 2011)

Relativamente ao género, as mulheres estão em franca minoria em situação de sem-abrigo, representando na cidade apenas 18% dos sem-abrigo e no Centro de Acolhimento da Vitae entre 8 a 10%. Isto revela uma procura menos significativa das mulheres pelos locais de abrigo, sendo de registar um ligeiro aumento entre 2009 e 2011 (2%) (ver figura nº4).

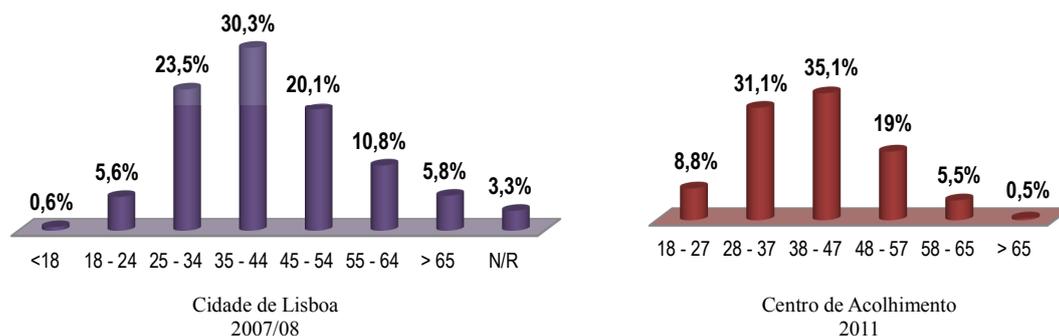
Figura 4 – Sexo dos sem-abrigo



Fonte: Relatório Anual de Monitorização do GTIAPSA na Cidade de Lisboa (2008) e Relatórios de Atividade da Associação Vitae (2009 e 2011)

Tendo em conta os grupos etários, e apesar dos dados estarem disponíveis por escalões diferentes, não sendo possível uniformizar, constata-se que a maioria dos sem-abrigo tem entre 30 e 50 anos, o que revela tratar-se de uma população ainda jovem e em idade ativa (ver figura nº5)

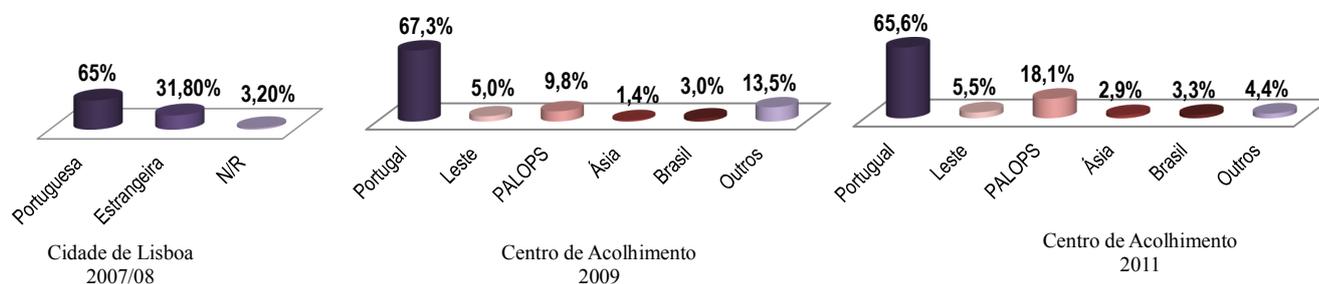
Figura 5 – Idade dos sem-abrigo



Fonte: Relatório Anual de Monitorização do GTIAPSA na Cidade de Lisboa (2008) e Relatórios de Atividade da Associação Vitae (2009 e 2011)

Quanto à nacionalidade desta população ela é maioritariamente portuguesa (Lisboa: 65%; Vitae 2008: 67,3%; Vitae 2011: 65,6%). Dos estrangeiros registados, a maioria é dos PALOP, seguida da população dos países de Leste. Registe-se o aumento do número de entradas de indivíduos dos PALOP que duplicou de 2009 para 2011, passou de 9,8% para 18,1% respetivamente (ver figura nº6).

Figura 6 – Nacionalidade dos sem-abrigo



Fonte: Relatório Anual de Monitorização do GTIAPSA na Cidade de Lisboa (2008) e Relatórios de Atividade da Associação Vitae (2009 e 2011)

De acordo com o relatório da Vitae (Relatório Anual, 2011: 6), a maioria dos sem-abrigo que deram entrada no Centro, veio encaminhada por outras instituições (em especial a Comunidade Vida e Paz e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), no entanto, 150 ingressaram no Centro por iniciativa própria, o que demonstra alguma vontade desta população em pedir ajuda e recorrer aos serviços existentes.

Apesar de existirem diferentes concepções sobre este fenómeno, trata-se de uma situação a que estão associadas várias problemáticas. O Grupo de Trabalho para a Pessoa Sem Abrigo, define ainda na sua proposta de Plano entende que a “Perpetuação de situações de precaridade face ao emprego é efetivamente algo comum a todos os estudos sobre a pessoa sem-abrigo. Fala-se de indivíduos com baixos níveis de escolaridade, cuja relação com o trabalho oscila entre o desemprego e o emprego temporário ou pontual, sem qualquer ligação com o sistema de proteção social. (...) situações de isolamento extremo é outra faceta deste fenómeno. Muitas das pessoas sem-abrigo têm atrás de si passados familiares conturbados, separação conjugal ou divórcio, saída prematura de casa, abandono familiar são exemplos de algumas situações que, conjuntamente com outras conduzem o indivíduo à rua” (Proposta de Plano para a Pessoa sem Abrigo - Cidade de Lisboa, 2009: 10).

Não podemos também de deixar de referir, numa caracterização desta população, que a mesma tem uma variação muito sazonal, sendo muito flutuante, de difícil apuramento quantitativo e qualitativo. De facto, a duração da situação de sem-abrigo é fundamental não só para a sua caracterização como para o tipo de políticas e de medidas de apoio social a implementar junto desta população: “Conclui-se que quanto maior é o tempo sem-abrigo, maior é também a dificuldade de reinserção, já que há uma acumulação, quer de fatores de vulnerabilidade (baixas qualificações, desemprego de longa duração), quer dos efeitos da própria situação (perda de perspetivas de futuro, desgaste psicológico e físico, perda de motivação). De um episódio breve para um longo, as atitudes tendem a passar da vontade de luta para a ambivalência, chegando à resignação” (Menezes, 2012: 8).

No presente diagnóstico é ainda necessário referir que “as respostas de apoio à inserção social e profissional, com e sem alojamento, são ainda em número pouco significativo. É necessário implementar respostas para pessoas que necessitam de apoio

no processo de integração social, de forma continuada e mais prolongada no tempo (Proposta de Plano para a Pessoa sem Abrigo – Cidade de Lisboa, 2009: 32). Os centros de acolhimento são as respostas mais visíveis para esta população, encontrando-se em falta outras respostas ao nível habitacional: “Os técnicos realçam que os centros de acolhimento estão bloqueados e não há investimento público na habitação social ou a baixos custos. A falta de habitação acessível condena a autonomização dos indivíduos que estão empregados e em centros de acolhimento porque são incapazes, sem apoio, de suportar uma habitação no mercado da habitação privado. A eficácia dos centros de acolhimento é prejudicada pela inexistência de vagas.” (Menezes, 2012: 87)

O acesso aos centros de acolhimento é considerado direto e indiscriminado, mas está sempre dependente da ocupação existente, implicando que os Centros façam uma gestão constante das suas vagas, que em determinados períodos do ano é difícil de gerir, ainda mais quando alguns centros apresentam estadias prolongadas de alguns sem-abrigo: “As estadias em centros de acolhimento temporário frequentemente para além dos limites de duração idealizados, bem como as sucessivas renovações de permanência num mesmo centro, demonstram que o plano de emergência é utilizado como resposta instável de longa duração.” (idem: 83)

Os assistentes sociais que trabalham com esta população procuram cada vez mais envolver os sem-abrigo na conceção das medidas e dos projetos de apoio a aplicar, procurando conceber atividades de ocupação, lazer ou formação para as quais se sintam motivados. Tendo em conta alguns estudos realizados nos últimos anos “o alerta das instituições vai para a necessidade de criar serviços pós-atribuição de habitação, com acompanhamento psicossocial continuado. (...) É realçado que os indivíduos em pensões (ou centros de acolhimento por longa duração) permanecem em situações de isolamento social, e para o evitar procura-se atualmente desenvolver atividades ocupacionais.” (idem: 84)

2.2.2. Associação Vitae: exemplo de uma prática de serviço social

Neste ponto pretendemos caracterizar a associação que irá dar vida ao projeto, identificando as suas vertentes de trabalho, os seus recursos, os seus métodos e as principais respostas sociais com que trabalha a população sem-abrigo. Esta análise

permite destacar a relevância do nosso projeto e salientar o seu carácter inovador face aos restantes projetos em curso na “Vitae”.

A “Vitae” é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem como objetivo promover o desenvolvimento dos indivíduos residentes em Portugal, através do apoio à reinserção familiar, social e profissional da população sem-abrigo, como também dos toxicodependentes, promover a proteção da infância, juventude e da população terceira idade.

Foi criada em Dezembro de 1995 e está hoje localizada na Rua Gualdim País n.º 97, em Lisboa, na zona oriental da cidade. Este centro tem capacidade de alojar cerca de 271 indivíduos. Esta é a sua casa mãe, onde se encontra instalado o centro de acolhimento aos sem-abrigo, com várias valências, como dormitório, lavandaria, apoio médico, apoio social, etc.

O acompanhamento dos seus utentes é feito pelos diversos técnicos da instituição a um nível interdisciplinar e, de forma integrada e concertada. O acompanhamento ao utente visa a promoção de uma melhoria das suas condições de vida. Os assistentes sociais da instituição, após detetadas as principais necessidades do utente, e conjuntamente com ele, tentam definir as respostas sociais e objetivos para atingir um projeto de vida que o mesmo possa e queira assumir. Conforme as características de cada um, podem encaminhá-lo para os organismos apropriados à sua condição/situação.

A Associação Vitae apresenta diferentes respostas sociais e vários serviços na sua intervenção:

- Centro de Acolhimento Temporário;
- Equipa técnica de intervenção de rua;
- Centro Clínico;
- Vitae – Algueirão/ Mem-Martins;
- Vitae – Buraca/ Damaia.

O centro de acolhimento temporário, onde pretendemos desenvolver o nosso projeto, conta com vários departamentos, entre eles o departamento de ação social, cuja equipa procura dar resposta aos problemas detetados com os utentes, em especial ao nível do acesso ao mercado de trabalho, documentação, políticas sociais, saúde, alojamento, entre outras, fazendo o diagnóstico, o acompanhamento e o encaminhamento para as

respostas disponíveis. Este departamento funciona em articulação com os restantes serviços, como o departamento clínico e as equipas de rua.

Neste âmbito, a intervenção social da associação no centro de acolhimento consiste:

- No acolhimento dos utentes (sem-abrigo) e realiza-se inicialmente pela aplicação de uma ficha de triagem e preenchimento de uma ficha de entrada e, explanação do regulamento do centro para responsabilização dos utentes no cumprimento das regras de funcionamento;

- No acompanhamento contínuo onde serão detetadas/ avaliadas as necessidades dos mesmos. Posteriormente é feito um diagnóstico da situação pessoal, familiar, profissional, para que se possa identificar os problemas e necessidades dos utentes;

- No encaminhamento dos utentes de acordo com as particularidades da sua problemática (saúde, família, trabalho, formação profissional) e durante o tempo que permanecem no centro;

O centro clínico em estreita colaboração com o departamento de ação social funciona como retaguarda, proporcionando o acompanhamento psiquiátrico e psicológico aos utentes, e sempre que necessário articulando-se com outras instituições da cidade (serviços de saúde mental; unidades móveis, hospitais, comunidades terapêuticas, etc.). O seu objetivo é reduzir e eliminar os comportamentos de risco e os consumos de substâncias, de forma a melhorar as relações sociais e familiares, estimulando formas e comportamentos de vida saudáveis, contribuindo para a reintegração dos indivíduos em situação de exclusão.

O departamento de saúde mental é formado por um núcleo de psicologia constituído por um psicólogo coordenador e quatro psicólogos clínicos, que trabalham em articulação com um médico psiquiatra. Este núcleo funciona das 18h às 21h de segunda a sexta – feira, depende da direção clínica do centro e articula-se com as restantes valências técnicas da instituição: clínica geral, serviço de enfermagem, serviço social, formação profissional e equipa de rua.

No âmbito desta intervenção e porque a instituição está particularmente vocacionada para o apoio a toxicodependentes, foi criado um programa de manutenção com metadona, a funcionar desde 2001, coordenado pelo psiquiatra e tutelado pela equipa

de tratamento de Xabregas. Este programa, (embora com um baixo grau de exigência), tem sido adaptado a estes utentes de acordo com as suas características e evolução, tendo assim características terapêuticas e não exclusivamente de redução de riscos e danos.

O departamento de ação social do centro de acolhimento aos sem-abrigo opera em articulação com os restantes serviços, departamento clínico e equipas de rua.

Após o suprimento das necessidades básicas (alimentação, vestuário, higiene) perspetiva-se a intervenção ao nível da integração (educação/ formação/emprego). Este procedimento é determinante para o sucesso na intervenção do utente. O utente integrado no mercado de trabalho possui fortes probabilidades de sucesso na sua reintegração na sociedade. Tenta-se, assim, criar estratégias que permitam ao utente alcançar a reinserção profissional através de cursos de formação profissional existentes no centro ou através de encaminhamento para estruturas como o centro de emprego ou as GIP.

Atendendo ao facto de que esta população tem uma panóplia de problemáticas subjacente à situação de sem - abrigo, existem respostas que terão que ser mediadas com várias instituições que dão diferentes respostas a um determinado público. Por exemplo, recorre-se a comunidades terapêuticas para a população toxicodependente, ou a instituições de apoio à imigração, para a população imigrante.

É de salientar que apesar de o centro possuir vários departamentos, existe uma articulação e um trabalho em equipa que converge para a sustentabilidade de um trabalho em rede.

É ainda da responsabilidade deste departamento a coordenação das atividades lúdicas e socioculturais.

A Vitae dispõe ainda de equipas técnicas de intervenção de rua, a ETIR e o “Projeto Vitae”. Ambas funcionam no mesmo espaço e em articulação entre si. A Equipa Técnica de Intervenção de Rua (ETIR) trata-se de uma equipa de intervenção social que procura desenvolver um trabalho contínuo e de proximidade com a população sem-abrigo em contexto de rua e sem apoio institucional. O seu objetivo é encaminhar as pessoas contactadas com vista à sua reabilitação física e psicossocial. Procedem para isso a um trabalho de identificação e acompanhamento dos sem-abrigo nas áreas onde acam, como também procuram responder a situações sinalizadas por outros técnicos ou instituições.

A equipa de rua “Projeto Vitae” é uma estrutura que está protocolada com o Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT) que atua em zonas problemáticas do concelho de Lisboa, de forma a promover a redução de riscos e minimização de danos, no que diz respeito ao consumo de drogas e comportamentos de risco associados à população toxicodependente.

A ETIR desenvolve um trabalho de proximidade junto da população que frequente/reside em contextos de rua. Procura-se desenvolver um trabalho de aproximação a estas pessoas, no sentido de detetar as suas necessidades e promover o seu acompanhamento. Paralelamente, procura-se promover a motivação para a mudança, através de uma progressiva aproximação aos serviços/recursos comunitários subjacentes às suas problemáticas, e, sempre que possível, efetivar o encaminhamento para as diversas estruturas de apoio a esta população, como é o caso do centro de acolhimento.

A associação promove também cursos de formação profissional nas suas instalações, procurando dessa forma promover a educação e qualificação dos seus utentes, de forma a adquirirem competências sociais e profissionais que lhe possibilitem uma reinserção na vida ativa mais autónoma.

O projeto Vitae Algueirão - Mem Martins teve início no mês de Fevereiro de 2010, no âmbito do PRI (Programa de Respostas Integradas) – Eixo da Redução de Riscos e Minimização de Danos do IDT. A área de intervenção estipulada abrange a freguesia de Algueirão - Mem Martins, e outras adjacentes, tais como, Rio de Mouro, Monte Abraão e Queluz.

Relativamente às problemáticas associadas, e sendo o foco de intervenção primordial a população com consumos de substâncias psicoativas lícitas (álcool) e ilícitas, destacamos a toxicodependência e o alcoolismo como os fenómenos predominantes na população acompanhada.

Como problemáticas associadas, sublinha-se ainda a prostituição (frequentemente associada à manutenção de consumos), a exclusão ao nível social e habitacional (em alguns casos elevada à situação de sem-abrigo), a insuficiência económica, a doença mental e as situações de irregularidade relativamente à documentação, como dimensões presentes nesta população.

O Projeto Vitae Buraca – Damaia com início a 01 de Fevereiro de 2009 e términos a 28 de Fevereiro de 2011, insere-se no Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), enquadrado nos princípios, objetivos e medidas preconizadas no Plano Nacional contra a Droga e as Toxicodependências, no Plano de Acção contra a Droga e as Toxicodependências Horizonte, na Estratégia Europeia e no Plano de Acção Europeu, nomeadamente quanto à atual reorientação estratégica das intervenções, que visa garantir resultados na ótica de ganhos em saúde, com base na centralidade no cidadão, na territorialidade, nas abordagens e respostas integradas e na melhoria da qualidade e mecanismos de certificação.

2.2.3 O modelo de intervenção da Vitae

Tendo em conta a especificidade da população alvo da Vitae, a intervenção social que é desenvolvida assume duas ações: a reparadora e a integradora.

Entende-se por ação reparadora o acolhimento dos utentes no centro. Este é o primeiro contato do utente com a instituição é muito importante para a sua inserção e trabalho que se venha a desenvolver. É constituída uma ficha de entrada, e uma ficha de triagem, preenchidas pelo técnico de serviço social que o acolhe, sendo este o ponto de partida para uma análise das necessidades do utente e permitir construir um diagnóstico social do mesmo, o que irá mais tarde contribuir para a elaboração de um projeto de vida do mesmo.

Por ação integradora entende-se o encaminhamento do utente para áreas, serviços ou projetos existentes no centro ou noutras instituições. O acompanhamento prestado ao utente é bastante individualizado e sistemático. É neste processo que se define os objetivos para alcançar um projeto de vida viável para o técnico e fundamental para o utente. O trabalho em equipa multidisciplinar é aqui muito importante.

Devemos destacar a importância do papel do assistente social na intervenção da associação, pois é ele que deteta as necessidades mais urgentes do utente que devem ser colmatadas. Para além disso e, com o consentimento do utente, procura-se sempre estabelecer contato com os familiares de modo a mediar a relação.

A intervenção que se realiza na Vitae procura numa primeira fase suprir as necessidades básicas dos sem-abrigo (alimentação, vestuário, higiene) para depois suprir

as necessidades de integração (educação, formação, emprego). Todo o trabalho desenvolvido tem por base uma forte articulação entre os técnicos dos vários departamentos e uma rede de parceiros institucionais.

O serviço social, ao longo da sua existência enquanto prática profissional, tem adotado e recorrido a conhecimentos produzidos em vários domínios científicos, em saberes e conceitos criados por outras disciplinas (sociologia, psicologia, economia, direito, medicina, ...) o que lhe permitiu enriquecer-se e criar o seu próprio referencial teórico e metodológico. (Nuncio: 2010)

Neste sentido, os modelos de intervenção são fundamentais na prática profissional do serviço social, pois enquadram os princípios de ação a desenvolver, os objetivos que se pretendem atingir, bem como os métodos e técnicas mais eficazes, tendo sempre em conta o contexto em que se insere a sua aplicabilidade, em relação com as condições específicas do meio: "(...) o tema dos modelos de intervenção tornou-se objeto de intensa produção teórica, gerando uma proliferação de propostas classificatórias dos modelos, capazes de abarcar todos os conceitos, princípios e estratégias utilizadas na prática do serviço social, o que ilustra bem o reconhecimento da sua utilidade, enquanto unificadores e organizadores das ações adotadas na prática profissional quotidiana." (idem: 128).

Reconhecemos assim que a associação VITAE trabalha de acordo com o modelo sistémico, pois dá um forte enfoque na forma de analisar, identificar os problemas e desenhar estratégias para a ação do serviço social, mas também, e ao nível da intervenção, com o modelo psicossocial.

O modelo sistémico é um dos mais aplicados no serviço social nos últimos anos, e está desmarcado da perspetiva psicológica individual, posicionando-se no âmbito relacional, na interação, nos diferentes sistemas a que o indivíduo está sujeito. De acordo com Maria José Martínez (2000: 177), este modelo "centra-se em abordar os problemas dos indivíduos, considerando que estes estão vinculados com outros elementos que interagem sistematicamente. Assim se estabelece uma relação direta entre a conduta do indivíduo, e os diferentes sistemas que o mesmo está sujeito".

Este modelo tem como objetivo principal capacitar o sujeito para a mudança, reconhecendo que o responsável por essa mudança deve ser o próprio indivíduo, ainda

que a sociedade também seja responsável pelo bem-estar do indivíduo e pela forma como ajuda-o nessa mudança.

O modelo psicossocial “tem origem nos trabalhos de Mary Richmond e de Gordon Hamilton e, do ponto de vista teórico, apresenta-se como a síntese de um conjunto de conceitos dos domínios da Psiquiatria, da Psicanalise, da Psicologia Social e da Sociologia, adaptados à experiência empírica do Serviço Social de casos.” (Nuncio, 2010: 129). Este modelo dá primazia à relação entre o indivíduo e o meio social que o envolve, logo, o seu processo de intervenção considera todos os elementos da ordem social, económica, física, psicológica e emocional. O indivíduo é considerado enquanto “pessoa em situação”, sendo ele, e as suas forças internas um dos pilares fundamentais para a intervenção, bem como na sua relação com as forças externas do meio em que se insere. Ao nível metodológico, este modelo de intervenção, apresenta 3 momentos fundamentais: diagnóstico, tratamento e avaliação.

2.2.4. A emergência de uma intervenção inovadora

Os sem-abrigo são assim um grupo vulnerável que vê o seu espaço de participação plena na sociedade em termos civis, políticos e sociais como algo distante e por muitas vezes parte de um passado. As suas dificuldades em reinserirem-se na sociedade prendem-se com muitas “capacitações” individuais que foram perdendo ao longo dos anos. A reabilitação profissional aparece como um instrumento fundamental no combate aos processos de exclusão de que estas pessoas são vítimas, favorecendo a integração das mesmas a nível de satisfazerem necessidades básicas e de terem acesso a bens materiais e a serviços de forma a serem auto sustentáveis. No entanto, a reabilitação profissional não se esgota nos processos de formação profissional, exige um trabalho de capacitação para a vida em sociedade, de formação cívica e humana, de comportamentos e atitudes que se situam também no domínio simbólico e são muitas vezes difíceis de superar: “Os sem-abrigo permanecem nos centros de acolhimento por períodos significativamente mais longos do que os idealizados, não apenas pela falta de rotatividade deste sistema, mas, também, pela inexistência de saídas profissionais. Os técnicos afirmam que o facto de a reinserção se alicerçar no emprego, não ser reconhecido os limites desta esfera, leva a

uma falta de respostas para os “permanentemente excluídos” (sem lugar no mercado de trabalho)” (Menezes, 2012: 87).

A conceção e o desenvolvimento de qualquer projeto de intervenção requerem transparência, capacidade estratégica e um questionamento relativamente a uma boa definição das questões inerentes ao processo de mudança.

Tendo em conta que estamos perante uma população com baixos níveis de escolaridade, com consumos de estupefacientes e de álcool, sem qualquer atividade, torna-se urgente intervir com um projeto integrado, ou seja, que possibilite a sua ocupação, ofereça formação profissional e formação cívica para a vida em sociedade, é com base nesta triangulação que desenhamos o projeto “Oficina do Sabão”.

O projeto procura assim sensibilizar os utentes para a integração no mercado de trabalho e nesta sequência para a sua reintegração social potenciando a autonomia e independência, através de formação e de treino de competências pessoais e sociais adaptadas às suas características, introduzindo valores ecológicos e ambientais, através da reciclagem. Pretende-se que os utentes beneficiem de um acompanhamento sistemático e personalizado por parte da equipa técnica, promovendo desde o início a participação ativa do indivíduo no seu processo de integração.

Uma intervenção inovadora junto desta população, através de um projeto que promova uma cultura de *empowerment*, fornecendo aos sem-abrigo competências e ao mesmo tempo condições psico-ativas para que essas competências possam ser assimiladas e integradas na estrutura dos mesmos, que promova a sua autoestima e lhes capacite para uma inserção mais plena na sociedade, que possa reverter em seu favor, mas também da instituição em que se realiza, parece nos dias de hoje uma intervenção urgente e essencial.

2.3 Execução do projeto

Após o diagnóstico, dá-se agora início ao desenho do projeto que se pretende desenvolver, identificando as orientações e finalidades a ter em conta para a sua criação. Nesta fase é importante definir o sentido a dar à intervenção, o território sobre a qual o plano pretendente intervir, e quem são os principais destinatários do projeto. Deve ainda, definir os recursos, quer humanos, quer financeiros e a sua organização e gestão: “Atuar

na lógica de projeto consiste, resumidamente, em operar com base na mobilização de conhecimento para identificar as ações necessárias à projeção estruturada e organizada de uma mudança face a uma situação diagnosticada que se pretende alterar dentro de um prazo definido e mobilizando um conjunto determinado de recursos.” (Capucha, 2008:7)

Segundo Ander-Egg (1998: 14), um Projecto é “(...) um conjunto de atividades concretas, inter-relacionadas e coordenadas entre si, que se realizam com o fim de produzir determinados bens ou serviços capazes de satisfazer necessidades ou resolver problemas. (...) concretizam-se através de um conjunto de atividades organizadas e articuladas entre si, para alcançar determinadas metas e objetivos específicos”. Assim, a elaboração de um projeto de intervenção, que se justifica pela existência de uma situação ou problema que se quer mudar, obriga a uma organização sistemática das ideias e conteúdos do mesmo, é por isso necessário especificar e caracterizar o que se pretende realizar com o projeto, como se operacionaliza tendo em conta os recursos humanos e não humanos para o fazer, deve-se estabelecer as linhas de ação que levem à elaboração ou concretização de determinado produto ou resultado, e estabelecer critérios de avaliação sistemáticos que permitam acompanhar a execução do projeto e medir os seus resultados.

2.3.1 Descrição

O projeto foi pensado para se realizar nas instalações da Associação Vitae e nasce do conhecimento adquirido pela aluna no seu trabalho diário, enquanto assistente social desta instituição, com a população sem-abrigo. No local de trabalho e em reflexões com uma colega nutricionista sobre as respostas sociais vigentes pensou-se sobre a possibilidade de desenvolver um projeto “verde”, diferente dos em curso, onde fosse possível reciclar o óleo alimentar que a instituição consome envolvendo as pessoas sem-abrigo da Instituição.

A constatação de que o trabalho desenvolvido no centro de acolhimento, para além do seu âmbito de atuação, é meramente ocupacional e com fraca adesão dos sem-abrigo, sem um complemento formativo adaptado às características desta população, revelou existir “espaço” para a promoção de um projeto alternativo, que tenha por

objetivo formar e promover a cidadania das pessoas sem-abrigo, em complemento com o trabalho de acompanhamento social, médico e psicológico desenvolvido.

O projeto prevê, numa lógica sustentável, através da recolha e reciclagem do óleo alimentar, produzir sabão, em contexto de formação para a população sem-abrigo, nas oficinas do centro de acolhimento da Vitae.

O sistema de produção será assegurado por pessoas sem-abrigo alojadas no centro de acolhimento, onde se prevê um programa de três meses de formação em local de trabalho, e em que paralelamente serão trabalhadas as competências pessoais e sociais.

Tendo em conta que alguma desta população encontra-se alienada da realidade social, e das questões ecológicas, de reciclagem, de reutilização, etc., o projeto poderá ter um forte contributo para uma nova visão sobre estas questões e uma mudança nos comportamentos destes indivíduos, permitindo desenvolver um serviço social ambiental, como explicitado anteriormente.

A sua produção deverá servir para uso da Instituição, para distribuição na rua a outros sem-abrigo e para venda a entidades parceiras. Após a produção em quantidade e qualidade significativa deve-se desenvolver uma campanha de marketing e sensibilização, junto de empresas e outras instituições, com intuito de colocação dos sabões/sabonetes no mercado, numa vertente de responsabilidade social, criando visibilidade ao projeto, ao produto e aos seus parceiros.

Desta forma, o projeto deverá proporcionar a integração no mercado de trabalho e nesta sequência a sua reintegração social potenciando a autonomia e independência, através de formação e treino de competências pessoais e sociais, na área da cidadania, dos cuidados de saúde, da reciclagem e dos valores ambientais.

Figura 7 – Elaboração do sabão com óleo e produto final



2.3.2 Objetivos

Os principais objetivos do projeto são:

- Desenvolver um projeto diferente que capte o interesse dos sem-abrigo;
- Promover a aquisição e treino de competências pessoais e sociais;
- Sensibilizar e promover comportamentos mais amigos do ambiente;
- Promover o gosto pelo “trabalho” e a auto-estima dos sem-abrigo;
- Promover a empregabilidade;
- Contribuir para a sustentabilidade financeira da Associação.

2.3.3. Operacionalização

Tendo em conta os custos associados ao projeto, ao nível dos recursos humanos e materiais, será necessário procurar fontes de financiamento extra à instituição, que irá ceder o espaço e assumir os custos das instalações (luz, água, gás, consumíveis, ...). Propõe-se que sejam analisadas as linhas de financiamento de algumas Fundações com tradição no apoio às questões sociais, como a Fundação EDP, Fundação PT, Fundação Calouste Gulbenkian, etc.. Por outro lado, ir-se-á procurar apoios da própria Segurança Social para projetos de inovação social e da Câmara de Lisboa, como por exemplo o “Bip-Zip”.

Quanto aos participantes, será necessário proceder a uma filtragem dentro dos utentes da instituição, tendo em conta as suas motivações e o grau de capacidade para exercer as atividades. O projeto deverá ter início com uma ação de sensibilização junto dos utentes da Vitae para depois processar-se a seleção dos participantes. Serão selecionados os utentes afetos ao centro de acolhimento da Vitae tendo em conta a sua motivação, e com base numa avaliação prévia das suas capacidades e competências. Prevê-se de início um número de indivíduos entre 5 e 10.

O plano de formação será direcionado para a reciclagem de óleo alimentar e a sua transformação em sabão/sabonetes, que deverá decorrer em contexto de sala de aula e em local de práticas (Oficina do Sabão). No âmbito da formação deverão ser organizadas duas visitas de estudo a fábricas de sabonetes, de preferência as que usam métodos de fabrico amigos do ambiente com uso de materiais recicláveis (foram já identificadas algumas no norte do país).

Os sabões/sabonetes produzidos serão depois escoados para diferentes locais. Numa primeira fase para o centro de acolhimento da Vitae (para os utentes e para a loja social), para distribuição na rua aos sem-abrigo e para entrega gratuita a outras instituições parceiras. Numa segunda fase procurar-se-á colocar no mercado para venda com base numa campanha de marketing social.

A par desta formação, prevê-se que durante a mesma, seja também dado em sala de aula formação em treino de competências pessoais e sociais. Os formandos abrangidos devem ainda delinear com os técnicos sociais que os acompanham um “plano individual de inserção”.

O plano de formação deverá incluir 120 horas de formação em sala de aula e cerca de 80 horas de formação prática na oficina. Posteriormente dever-se-á estabelecer com o IEFP uma parceria que permita a certificação desta formação (o que será essencial para a integração destes indivíduos no mercado de trabalho)². Do total das 200 horas de formação distribuídas por três meses, prevê-se que 150 horas sejam para a formação e produção dos sabonetes e as restantes 50 horas sejam para formação em cidadania e cuidados de higiene.

O projeto será assegurado no apoio para a procura de emprego, no suporte social e psicológico dos formandos.

2.3.4. Recursos humanos, materiais e financeiros

O desenvolvimento de um projeto não carece apenas de um plano coerente e eficaz e de um sistema de acompanhamento e avaliação adequado. É necessário, para que a eficiência possa ser aferida, que ao projeto se associe um orçamento. O orçamento não pode estar dissociado da reflexão anteriormente mencionada sobre recursos existentes na organização, na comunidade e nas parcerias que possam ser mobilizados para o projeto. A gestão da sinergia faz-se não só no que se refere aos objetivos e atividades, mas também no que se refere aos recursos utilizados. Estes englobam recursos humanos, logísticos, materiais e financeiros vários. O orçamento dos projetos deve permitir identificar os recursos financeiros a mobilizar, as respetivas fontes de financiamento, mas também deve permitir quantificar os custos dos meios já existentes e que vão ser utilizados para a

² Existe uma ausência de referenciais de formação do IEFP na área de reciclagem de óleo e sua transformação em sabão/sabonetes

intervenção: “identificar os recursos financeiros a mobilizar, as respetivas fontes de financiamento, mas também deve permitir quantificar os custos dos meios já existentes e que vão ser utilizados para a intervenção”³(Capucha, 2008).

Para a formação em sala de aula será necessário: Computadores, data show e tela de projeção. A sala deverá ter condições para acolher dez formandos e um formador.

Para a formação prática será necessário adquirir os seguintes materiais e equipamentos: Tachos, panelas, varinhas mágicas, máscaras, luvas, óculos, fogões, termómetro, balança, essências, dióxido de titânio. A sala deverá ter entre duas a três bancadas (com mais de metro e meio cada uma), ser refrigerada e de preferência ter água corrente. Será necessário um espaço para armazenamento dos sabões produzidos.

O óleo usado deverá ser recolhido na cozinha da própria instituição, e mediante protocolos de colaboração com restaurantes da cidade de Lisboa ou com cantinas públicas. Poder-se-á efetuar também ações de informação/sensibilização junto dos moradores do bairro em que se encontra a instituição para a recolha do óleo com uma regularidade trimestral. Prevê-se que 10 litros de óleo usado possam produzir 900 sabonetes de pequenas dimensões (o processo e receita para a fabricação dos sabões/sabonetes encontra-se em anexo).

Quanto aos recursos humanos previstos para esta atividade, propõe-se: um técnico de serviço social, um engenheiro alimentar com formação em reciclagem de óleos alimentares, um psicólogo para acompanhamento dos formandos em sala de aula e se possível um técnico de marketing e venda.

Ao nível financeiro, o projeto com a duração experimental de três meses terá um custo na ordem dos 13.802 euros, com a seguinte distribuição de custos:

³ Capucha, Luís, 2008, Planeamento e Avaliação de Projetos – Guião Prático, Lisboa, DGIDC /ME

Discricionário	Valor/custo mensal	Valor/custo projeto
Despesas com salários de remunerações dos técnicos		
Assistente social	917€	2.751€
Engenheiro alimentar	500€	1.500€
Psicólogo	917€	2.751€
Técnico de marketing	500€	1.000€
Recursos Materiais		
Utensílios diversos	600€	600€
Materiais de fabrico	100€	300€
Material de apoio	200€	200€
Outros		
Deslocações e transportes	100€	300€
Material de divulgação (brochura sobre os sabões)	2.500 €	2.500 €
Aquisição de mobiliário (2 bancadas para oficina)	400€	400€
Despesas com instalação, licenciamentos e vistorias	1.500€	1.500€
	TOTAL	13.802€

2.3.5 Quadro institucional e gestão

Já foi referido que o presente projeto de intervenção será desenvolvido no Centro de Acolhimento da VITAE, que é uma IPSS. Desta forma, torna-se relevante proceder aqui ao enquadramento legislativo deste tipo de instituições na sociedade portuguesa.

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm por finalidade o exercício da ação social na prevenção e apoio nas diversas situações de fragilidade, exclusão ou carência humana, promovendo a inclusão e a integração social, desenvolvendo para tal, diversas atividades de apoio a crianças e jovens, à família, juventude, terceira idade, invalidez e, em geral, a toda a população necessitada. Assim, e de acordo com o artigo 1.º do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, são instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as constituídas por iniciativa de particulares,

sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objetivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

O projeto deverá ser gerido pela própria instituição sendo entregue a sua responsabilidade e coordenação a uma assistente social da “Vitae”.

Os custos poderão ser suportados pela própria instituição ou poder-se-á recorrer a apoios e financiamentos públicos e de empresas privadas. Aos formandos será oferecido o almoço e o lanche no refeitório da “Vitae”.

De forma a torna-lo mais sustentável, a “Vitae” poderá posteriormente criar nas suas oficinas uma fábrica de sabão/sabonetes que poderão empregar alguns dos formandos. A posterior venda dos sabões/sabonetes poderá ser uma fonte de receita fundamental para a sustentabilidade futura do projeto. A continuidade do projeto encontra-se assim assegurada pelas receitas que venham a resultar da comercialização do sabão produzido na oficina local.

O Decreto-Lei n. 64/2007 de 14 de Março define o regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, adiante designados por estabelecimentos, em que sejam exercidas atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social.

Será a coordenadora do projeto a realizar a monitorização e a avaliação do projeto, dando conta à direção da instituição dos problemas e avanços do mesmo. A

equipa deverá reunir uma vez por semana de forma a elaborar relatórios sobre o trabalho e sobre os formandos.

Prevê-se que no desenvolvimento deste projeto possa ser criada uma empresa do terceiro setor, enquanto uma forma de viabilidade futura de “oficina do sabão” em institucionalizar-se enquanto fábrica artesanal, e de pequenas dimensões, cuja mão-de-obra seria a das pessoas em situação de sem-abrigo, no âmbito da economia social.

2.4 Avaliação

Neste ponto é importante apresentar uma definição de avaliação, quais as dimensões existentes, quais os diferentes critérios de avaliação e quais as melhores técnicas e métodos de avaliação a serem utilizadas ao longo do desenvolvimento do projeto, e de acordo com as diferentes fases já identificadas anteriormente.

O processo de avaliação de qualquer projeto tem em vista a prestação de contas através da análise da sua execução e das dimensões dos impactes resultantes da sua aplicação. Assim, o processo de avaliação corresponde a “formas deliberadas e racionalizadas de «colocação de questões» e problemas relativos aos processos de decisão e execução de programas, políticas, projetos e investimentos, com recurso a sistemas organizados de «reflexão crítica» a partir de informações recolhidas no decurso do «acompanhamento» desses programas, políticas, projetos e investimentos” (Capucha, 2008). Devemos reconhecer que “as avaliações produzem, de uma forma geral, uma série de efeitos positivos em programas e projetos ao nível operacional (desenvolvimento de recomendações, orientações e sugestões de implementação, clarificação e esclarecimento dos grupos-alvo, etc.)”(Schiefer, Ulrich, 2006: 34). A avaliação deve ser compreendida menos como a «formulação de um juízo» e mais como um exercício de aprendizagem (Schiefer, Ulrich, 2006: 42).

Assim, o acompanhamento e avaliação do projeto deverá constituir-se como uma etapa essencial de todo o processo, devendo ser perspetivado como um instrumento de reflexão e aprendizagem com vista à permanente melhoria e desenvolvimento do mesmo, permitindo corrigir e alterar situações que nos desviem dos objetivos propostos.

De acordo com Capucha (1996), a avaliação pode assumir diferentes modalidades de acordo com os critérios ou dimensões que a própria avaliação requeira. De entre os

vários critérios da avaliação poder-se-ão apontar como mais relevantes a coerência, a exequibilidade, a operacionalidade, a acessibilidade e a responsabilidade. A avaliação deve ainda responder a quatro importantes questões para que o projeto possa ter sentido e que têm a ver com os impactos que o projeto produziu no sentido de mudança, qual o domínio da realização em que incidiu, o domínio da operacionalização, ou seja, como é que o projeto foi montado e ainda possuir uma base teórica que permita refletir em como é que o projeto foi pensado e se veio de facto a apresentar objetivos adequados a toda a realidade.

As metas constituem essa adequabilidade na realização de objetivos quantificados com maior ou menor grau de complexidade. Desta forma propomos alguns indicadores que irão permitir avaliar e monitorizar o projeto: N° de pessoas inseridas no projeto; N° de pessoas que terminaram a formação; N° de formandos inseridos no mercado de trabalho; N° de desistências; N° de consultas médicas realizadas pelos formandos. Ainda poder-se-á definir indicadores de caracterização, tais como: litros de óleo recolhidos; N° de sabões/sabonetes produzidos; N° de sabões distribuídos em instituições e na rua; N° de parceiros envolvidos, etc..

CAPÍTULO III – Uma abordagem na lógica da capacitação e da aquisição de competências com pessoas sem-abrigo

Hoje não se deve trabalhar na lógica da vulnerabilidade, mas sim em cima da capacitação, das competências, da responsabilidade, e da autonomia de forma a trabalhar com os utentes na construção de um projeto de vida, tendo em conta as suas heterogeneidades e particularidades.

Aos assistentes sociais, cabe-lhes aperfeiçoar as várias modalidades, as diferentes metodologias, os diferentes quadros de interação entre os utentes e as instituições de forma inovadora, procurando, com base também numa postura crítica e reflexiva, adequar o seu trabalho de forma profissional aos problemas dos mais excluídos da sociedade. Entendemos que desta forma é possível aumentar a produtividade do serviço social, e conseguir melhores resultados de integração das populações mais desfavorecidas.

Para melhor respondermos à problemática dos sem-abrigo com a proposta de um projeto inovador junto desta população, procuramos neste trabalho fazer uma revisão da literatura, ou seja, apresentar um quadro conceptual atual que permitisse aprofundar o conhecimento sobre as temáticas relacionadas com esta população e com o serviço social em Portugal.

As políticas sociais pretendem prevenir os riscos sociais das sociedades, reparar as suas consequências e recuperar ou reabilitar os indivíduos em situação de exclusão. Na maioria dos casos, os sistemas de segurança social baseiam-se num modelo “intervencionista”, próprio do estado providência, onde a ação social é promovida através de técnicas assistencialistas, tendo na base uma segurança social de serviço público com uma função redistributiva (trata-se de um modelo universalista ou social democrata que começa a ser questionado).

É através da noção de projeto inovador sustentado em metodologias de avaliação que se pode desenvolver um bom projeto social. Para que ele funcione desde o seu início até ao final, é necessário existir um controlo contínuo e exigente, baseado num bom diagnóstico e com avaliações ao longo do seu período de realização.

O projeto procura sensibilizar esta população (pessoas sem-abrigo afetas ao centro de acolhimento aos sem-abrigo da cidade de Lisboa) para a integração no mercado de

trabalho, e nesta sequência para a sua reintegração social potenciando a autonomia e independência, através de formação e de treino de competências pessoais e sociais adaptadas às suas características. Trata-se de uma população com baixos níveis de escolaridade, com problemas de doença mental e de consumos de estupefacientes e por isso com muitas dificuldades de inserção social.

Este projeto, a decorrer em horário laboral (durante o dia), irá também evitar que a população em situação sem-abrigo, utente da “Vitae”, deambule pela cidade repercutindo comportamentos que reforçam a sua situação de exclusão, permitindo-lhes ganhar uma maior autoestima, realizar algo em concreto que possa reverter em seu favor e da associação Vitae, trata-se também de um projeto que promove a reciclagem, contribuindo para uma melhoria do meio ambiente.

Para além destes benefícios, o projeto “Oficina do Sabão” pretende potenciar um serviço social ambiental, sensibilizando a população sem-abrigo para práticas ecológicas e comportamentos mais amigos do ambiente. Grande maioria desta população encontra-se alienada da realidade social, e das questões ecológicas, de reciclagem, de reutilização, etc. Assim, este projeto, poderá também ser um forte contributo para uma nova visão sobre estas questões. O mote para uma formação mais ambientalista centra-se no uso do óleo alimentar para a fabricação do sabão/sabonete. Trata-se de uma metodologia inovadora em contexto de formação para os sem-abrigo na associação Vitae. Entendemos que este projeto promove ações de capacitação e formação que permitem dar ferramentas suficientes para que a população sem-abrigo possa inserir-se melhor no mundo profissional e social.

A missão deste projeto, o impacto que pode ter na população alvo, a sua capacidade de sustentabilidade, e a possibilidade de crescer dentro da associação, revelam o seu forte carácter de inovação social.

Notas Conclusivas

A elaboração deste projeto teve como ponto de partida uma reflexão sobre as atuais respostas sociais dirigidas às pessoas em situação de sem-abrigo. A constatação de medidas, ou falta delas, capazes de motivar esta população ou responder às suas necessidades e capacidades tornou-se um desafio para a aluna ao tentar projetar uma resposta inovadora no âmbito do trabalho desenvolvido na Associação Vitae.

É importante referir que a disponibilidade demonstrada pela instituição a novos projetos, complementares ao trabalho do Centro de Acolhimento, permitiu avançar para a elaboração de um projeto com capacidade real de concretização.

Por fim, resta referir que a elaboração deste projeto no âmbito do mestrado foi um enorme desafio, procurando cruzar o conhecimento empírico/prático enquanto assistente social da Associação com o conhecimento teórico adquirido ao longo das disciplinas. O balanço final é bastante positivo, pois permitiu elaborar um projeto que acreditamos ser uma nova resposta, um novo projeto de intervenção, para a reinserção social do grupo dos sem-abrigo.

Referências Bibliográficas

- 10º Congresso Brasileiro de assistentes Sociais (2001), Rio de Janeiro em <http://www.ts.ucr.ac.cr/eventos/br-cbass-con-10-po.htm>
- Albarello, L., F. Digneffe, J.P. Hiernaux, C. Maroy, D. Ruquoy e P. Saint-Georges (1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Amado, M. (2007), *Qualificar o Terceiro Sector: uma perspectiva de formação. Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector*
- Anais do 10º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Rio de Janeiro, 2001
- Animar (2003). *Guia das Organizações e Iniciativas do Desenvolvimento Local*, Lisboa, Animar
- Animar (2007), *Parecer da Animar sobre a criação da régie-cooperativa António Sérgio. Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector*, Lisboa, Animar
- Appelles, Conceição (1999), *Dicionário de Segurança Social*, Lisboa, Editora Reis dos Livros
- Azevedo, Carlos, Raquel Campos Franco e João Wengorovius Meneses (2010), *Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos*, Lisboa, Vida Imobiliária
- Baker et al. (1997), “How green is the environment in social work?” em Christine Marlow and Colin Van Rooyen (2001), *International Social Work*, s.l, s.n.
- Baptista, Isabel, (1997), “Os Sem-abrigo no Imaginário Institucional”, em Barros, Carlos Pestana e J.C. Gomes Santos (coord.) *A Habitação e a Reintegração Social em Portugal*, Lisboa, Ed. Vulgata
- Bento, António e Elias Barreto, (2002), *Sem Amor Sem Abrigo*, Climepsi Editores, Lisboa
- Bordalo, Filomena e Manuela Cruz Juan (2010), *Gestão de IPSS*, Braga, Célula 2000
- Born, P. A. (2009), *Innovation and Sustainable Community Change*, Waterloo, University of Waterloo.
- Cabral, Heloísa e Helena de Sousa (2003), “Gestão social no terceiro sector: Avaliação de processos e missão institucional”, *Oficina do CES*, 190
- Capucha, Luís (org.) (1995), *ONG's de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*, Porto, REAPN
- Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora
- Capucha, Luís (2008), *Planeamento e Avaliação de Projectos – Guião Práctico*, Lisboa, Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
- Carmo, Hermano (coord.) (1996), *Exclusão Social – Rotas de Intervenção*, Lisboa, UTL – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Carvalho, Adalberto Dias de e al (1999), *Educação Social*, Porto, Universidade Portucalense
- Carvalho, M. Manuela (2012), “Exclusão social – Considerações Finais”, in *Investigação em trabalho social - Exclusão Social e Políticas Sociais*, Revista do Centro de Investigação do ISSSP, nº1, pp. 117-135

- CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2009), *Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Clavel, Gilbert (2004), *A Sociedade da Exclusão – Compreendê-la para dela sair*, Porto, Porto Editora
- Cordeiro, Lisete (2011), *Contributos para uma intervenção social participativa – o caso dos arrumadores de carros*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- Costa, Alfredo Bruto (1998), *Exclusões Sociais*, Coleção Fundação Mário Soares.
- Costa, Alfredo Bruto, Isabel Baptista, Pedro Perista e Paula Carrilho (2008), *Um olhar sobre a pobreza – Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Gradiva
- “Departamento de Acção Social Divisão de Estudos e Planeamento” (2005), *Lisboa Social – Guia de Recursos*, Volume 1 e 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa
- Environmental Efforts: The Next Challenge for Social Work. Disponível em www.uwindsor.ca
- Fernandes, Ernesto (1996), “Intervenção em serviço social. A centralidade dos direitos humanos para a renovação do serviço social”, *Revista Intervenção Social*, 13/14, ISSS
- Ferreira, S. (2004), *O papel de Movimento Social das Organizações do Terceiro Sector em Portugal*. Actas do V Congresso Nacional de Sociologia - Sociedade Contemporânea, Reflexividade e Acção, Braga.
- Ferreira, S. (2009), *A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: uma abordagem histórico-conceptual*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 84, [Os desafios da economia solidária], Coimbra, CES, pp. 169-192
- Frank, A. G. (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Gil, C. G. (2004), *Las ONG en la globalizació*, Barcelona, Icaria.
- Gómez, J. A. D., O. V. Aguado, e A. G. Pérez (Org.) (2005), *Serviço Social e Meio Ambiente*, São Paulo, Cortez
- Gaulejac, Vicent, (2012), “O Trabalho Social contra a Exclusão, in *Investigação em trabalho social - Exclusão Social e Políticas Sociais*”, *Revista do Centro de Investigação do ISSSP, n.º 1*, pp. 11 - 25
- Laville, J. – L. et al (2000), “Terceiro Sistema: Uma definição Europeia”, in *CIRIEC*, 185-217.
- Liberman, V. (2004), *Empreendedorismo Social: um processo em construção. Estudo de caso de três empresas gaúchas*. Dissertação de Mestrado em Administração, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Menezes, Filipa Lourenço, (2012), *Percursos Sem Abrigo – Histórias das ruas de Paris, Lisboa e Londres*, Lisboa, Editora Mundos Sociais
- Menezes, Filipa Lourenço *Percursos sem abrigo – Histórias das ruas de Paris, Lisboa e Londres*, Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Junho de 2012
- Monteiro, A. (2008), *Empreendedorismo Social e Responsabilidade Social*, Vila Real, s.n.

- Moreno, Luís (org.) (2003), *Guia das Organizações e Iniciativas de desenvolvimento Local*, s.l., ANIMAR
- Mozzicafreddo, Juan e João Salis Gomes (org), 2001, *Administração e Política – Perspectiva de reforma da Administração Públicas na Europa e nos Estados Unidos*, Oeiras, Celta
- Mozzicafreddo, Juan (1997), *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras, Celta
- Mulgan, G. A. (2007), *In and out of the sync - The challenge of growing social innovation*. London, NESTA - National Endowment for Science, Technology and the Arts.
- Mulgan, G. (2009), *Social Venturin*, London, The Young Foundation.
- Mulgan, G. T. (2007), *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*, Oxford, Oxford University.
- Neves, C.(2010), *As potencialidades da economia social para a geração de emprego e realização pessoal*, in Revista Dirigir – Economia Social, nº109: IEFP, IP, pp.36 -39
- Núncio, Maria José da Silveira, (2010), *Introdução ao Serviço Social – História, Teoria e Métodos*, Lisboa, ISCTE
- OCDE (2010), Organisation for Economic Co-operation and development. *LEED Forum on Social Innovations*, Disponível em <http://www.oecd.org>
- Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social – Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto, Porto Editora
- Payne, Malcolm (2002), *Teoria do Trabalho Social Moderno*, Coimbra, Quarteto Editora
- Pimenta, Manuel (1992), “Os sem-abrigo da cidade de Lisboa”, *Colecção Caritas*, 14 Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), A Economia Social na União Europeia, Comité Económico e Social Europeu, 2007
- Queirôs, M e Gros, M Exclusão Social e Políticas Sociais, nº1 – janeiro de 2012
- Queiroz, M. (2004), “O Planeamento Estratégico e as Organizações do 3º Sector”, R. Voltolini, *3º Setor Planeamento Estratégico e Gestão* (pp. 35-58), São Paulo, Senac.
- Quintão, Carla, (2004), “Terceiro Sector, elementos para referenciação teórica e conceptual”, Retrieved Fevereiro 2010, Instituto de Sociologia, Disponível em <http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working5.pdf>
- Quintão, Carla (2011), *O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar*, IS Working Papers, N.º 2, Abril 2011: p.10
- Rede Social (2009), *Proposta de Plano Cidade para a Pessoa Sem-Abrigo Lisboa*, Lisboa, s.n.
- Relatório Anual de Monitorização do Grupo de Trabalho das Instituições que Acompanham as Pessoas Sem Abrigo na Cidade de Lisboa: 2008
- “Revista do Centro de Investigação do ISSSP” (2012), *Investigação em Trabalho Social*, Número 1 e 2, Porto, Instituto Superior do Serviço Social do Porto/Papiro Editora
- Ricardo, J. (2007), “Terceiro Sector e Economia Social e Solidária: algumas pistas param reflexão”, *Vez e Voz - Inovação e Qualidade no Terceiro Sector*, pp. 57-64

- Rullac, S. (2012), “Trabalho social, urgência social, os sem abrigo fixo: uma crítica ilustrada do conceito de exclusão social”, in *Investigação em trabalho social - Exclusão Social e Políticas Sociais*, Revista do Centro de Investigação do ISSSP, nº1, pp.95-114
- Salvatore, V. (2004), “A Racionalidade do 3º setor”, *R. V. (org.), Terceiro Setor, Planejamento e Gestão*, (pp. 17-34), São Paulo, Senac
- Serafim, Maria do Rosário (2004), “O reconhecimento da condição ética dos cidadãos – um imperativo para o serviço social”, *Revista Intervenção Social*, 29
- Serrano, Glória Pérez (2008), *Elaboração de Projectos Sociais – Casos Práticos*, Porto, Porto Editora
- VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional (2009), *Relatório Anual de 2009*
- VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional (2011), *Relatório Anual de 2011*

Anexos

Método de fabrico de sabão/sabonete

1. Filtrar o óleo;
2. Pesar 500g de óleo;
3. Colocar o óleo no tacho e aquecer em banho-maria;
4. Pesar 60g de Soda Caústica e pesar 90g de água;
5. Pesar 100g de água e 100g de açúcar e juntar ambos mexendo até dissolver;
6. Colocar num recipiente a água em seguida colocar a Soda, e mexer medindo a temperatura;
7. Controlar a temperatura do óleo que deve estar perto dos 60°C e ao mesmo tempo conferir a temperatura da Soda que deve estar entre 65 e os 70°C ; Juntar lentamente a Soda com o óleo (esta mistura deve ser feita tendo em atenção as temperaturas com uma tolerância máxima de 10°C);
8. Mexer com a varinha mágica, bater durante 2 minutos;
9. Adicionar a solução de açúcar e água lentamente, contunuar a mexer com a varinha;
10. Acrescenta-se os aditivos líquidos e mexe-se com uma colher de pau e de seguida adiciona-se os restantes aditivos e mexe-se;
11. Verter a massa de sabão para um molde.